



**CARLOS BEZERRA JR.**

**Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**

Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – sala 3101 – 3º andar

Parque Ibirapuera – São Paulo – SP 04097-900

Tel.: (11) 3886-6088 (11) 3886 – 6089

E-mail: deputado@carlosbezerrajr.com.br

São Paulo, 10 de junho 2015.

Ofício nº **CBJR 04/2015**

**Excelentíssimo Senhor Deputado,**

Na condição de presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, cumprimento-o cordialmente e solicito de V. Exa. especial atenção ao conteúdo reproduzido neste ofício, onde disponibilizo os resultados integrais da Audiência Pública, realizada neste parlamento, com o objetivo de discutir a redução da maioria penal e suas consequências.

Com o intuito de contribuir com o debate de tão relevante matéria, solicito a V. Exa. a inclusão deste material no relatório final da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**Carlos Bezerra Jr.**

Deputado Estadual – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA | REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL**

**O SR. PRESIDENTE – FERNANDO CAPEZ – PSDB** – Muito boa tarde a todos e a todas. Pediria que fôssemos nos acomodando. A Assembleia não esperava um afluxo, um sucesso tão grande. Se houver necessidade nós temos um outro auditório que poderá vir a ser liberado para que as pessoas possam ser bem acomodadas. Mas, para evitar maiores delongas, nós já vamos dar início.

Quero aqui, como presidente da Assembleia Legislativa, manifestar imensa honra de recebê-los. Nós queremos a Assembleia aberta à sociedade. Esta é a casa do povo e aqui têm de ser travados os mais importantes debates desta Casa.

Estamos criando núcleos de ação estratégica para que a Assembleia, através dos seus agentes, em consonância com o Tribunal de Contas, possa visitar hospitais, delegacias, escolas, avaliando a qualidade da prestação do serviço público.

Nós temos aqui, vamos constituir a nossa Comissão de Direitos Humanos. Como presidente da Assembleia vou me empenhar para que o deputado Carlos Bezerra seja o presidente, e que nós possamos, através da Comissão de Direitos Humanos, trazer o novo perfil desta Assembleia, que não é atrás de uma mesa e sentado uma cadeira, mas no palco dos acontecimentos, indo à sociedade verificar onde estão ocorrendo esses abusos.

Quero aqui, na abertura deste importante evento, que vai debater a redução da maioria penal, o nosso querido deputado Carlos Bezerra Jr., o proponente desta audiência pública, que foi o autor de uma lei aprovada por esta Casa e considerada oficialmente pela ONU como o mais eficaz instrumento normativo do mundo de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. Irá representar a Assembleia Legislativa num evento na Organização Internacional do Trabalho, a ser realizada em Nova Iorque, ainda este mês.

Então, pediria aos senhores, pelo trabalho, pela luta na defesa dos direitos humanos, uma salva de palmas ao nosso deputado Carlos Bezerra Jr. (Palmas.)

Minha colega franciscana, contemporânea da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, como eu, aluna do professor Dalmo de Abreu Dallari, Berenice

Giannella, presidente da Fundação Casa, que vem também enriquecer este debate. (Palmas.)

Quero também anunciar a presença do professor Dalmo de Abreu Dallari, professor emérito da Faculdade de Direito da USP (Palmas.), representando a si próprio, com o peso de sua história e também o cardeal arcebispo de São Paulo Dom Odilo Pedro Scherer, e a CNBB. Querido professor, estimado, como é agradável e prazeroso ver como V. Exa. está bem e que Deus lhe dê sempre muita saúde para continuar nessa sua luta, tão importante a todos nós.

Quero aqui também anunciar a presença do Dr. Rubens Naves, membro do conselho de administração da Fundação Abrinq.

Do querido e estimado Felipe Locke Cavalcanti, presidente da Associação Paulista do meu Ministério Público e do nosso querido Ministério Público, também contemporâneo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Felipe, querido amigo, uma honra estar aqui com você.

Do vereador, nosso amigo também, Ari Friedenbach, querido e estimado. Obrigado pela sua presença aqui.

Meu querido Jayme Martins de Oliveira, presidente da Associação Paulista dos Magistrados, também com um trabalho marcante. Acho que quarta-feira teremos uma boa notícia, Dr. Jayme, para os magistrados, com o nosso PLC nº 49.

Rafael Português, primeiro subdefensor da Defensoria Pública de São Paulo. Obrigado e parabéns pelo trabalho que a Defensoria tem realizado, em pouco tempo de existência, mas já é um trabalho marcante na defesa dos direitos humanos. Eu, como presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Defensoria, fico honrado com a presença de V. Exa. aqui e com o trabalho que os defensores públicos têm realizado.

Dra. Karina Sposato, consultora da Unicef em matéria de justiça da infância e juventude. Está chegando e eu vou anunciar de novo quando chegar. São Paulo tem um trânsito que às vezes atrapalha.

Meu amigo, Dr. Martim de Almeida Sampaio, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB. A OAB, que trabalho da OAB na área dos direitos humanos, sobretudo no período da ditadura militar, período de exceção, com advogados lutando com *habeas corpus* nos porões da ditadura, combatendo essa violência insana daquele período. Parabéns, meu querido amigo Dr. Martim.

Também, meu colega, Carlos Eduardo Brechani, promotor de justiça do Centro de Apoio Operacional Cível da Infância e Juventude e Idoso.

O presidente da Assembleia... Em tempo. Quero aqui saudar e enaltecer a honrosa presença dessa mulher forte na luta pela defesa dos direitos humanos, a vereadora Patrícia Bezerra, que está aqui representando oficialmente a bancada do PSDB na Câmara Municipal. E o Dr. Ariel De Castro Alves...

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE – FERNANDO CAPEZ – PSDB** – Lembrando que nós não debatemos política, nem partido. Estamos debatendo um tema de mais alta relevância.

Também o Dr. Ariel De Castro Alves, também que é uma referência temática nessa área. (Palmas.)

Senhores, atos como este vão se repetir muito na Assembleia Legislativa, e o presidente da Casa virá naqueles atos que forem os mais importantes e representativos do trabalho da Assembleia Legislativa fazer a abertura oficial.

Eu passo, neste momento, honrosamente, a Presidência e condução dos trabalhos àquele que propôs a realização deste seminário e deste ciclo de debates, Dr. Carlos Bezerra, para que assuma aqui este posto da Presidência.

E, assim que chegar a Dra. Karina Sposato, da Unicef, ela ocupará a cadeira restante da Mesa. Bom evento a todos! Bom debate! E vamos trocar ideias, vamos aprofundar esse tema tão importante para a luta dos direitos humanos. Muito obrigado e uma boa tarde a todos. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Muito boa tarde a todos. Falar aqui da alegria de poder – alegria e privilégio de poder ocupar este espaço da Assembleia Legislativa para uma discussão dessa magnitude e dessa importância.

Na verdade, aliás, todos nós aqui bem surpreendidos pelo fato da presença maciça, pelo interesse e pela convicção de que hoje nós sairemos daqui com subsídios e com sugestões claras e concretas a serem oferecidas ao debate que acontece nesse momento no Congresso Nacional.

Essa é a expectativa com a qual eu convoquei esta audiência pública e eu sei que essa é a expectativa de vocês que aqui estão, e dos nossos convidados. Agradeço a presença dos convidados que foram aqui apresentados pelo presidente que, aliás, nos honrou aqui com a sua presença.

Eu queria pedir um favor a vocês. Há muitas, mas muitas entidades aqui representadas. Vejo aqui vários companheiros de luta, por exemplo, o bispo Adriel, da Igreja Metodista, bispo Stanley, uma série de outras pessoas que estão aqui, e quero pedir um favor a vocês.

O Gustavo está aqui? Eu gostaria que cada um de vocês, que vem representando entidades, que pudesse anotar o nome completo e a entidade que representa, para que fosse oferecido ao Gustavo para que a gente pudesse enumerar aqui e citar todas as entidades e todos os segmentos da sociedade civil aqui presentes no ato de hoje, até porque isso tudo constará do documento final a ser elaborado ao final desta audiência, a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Peço desculpas se no cerimonial inicial algum dos convidados ainda não foi mencionado, a gente vai tentar corrigir, mas, de fato, o que a gente quer é iniciar de imediato o debate.

Então, cumprindo aqui as formalidades... Tem uma lista, o Gustavo vai passar a partir de agora uma lista para o pessoal assinar, e vou descrever aqui, até porque tem gente que veio da universidade e precisa de um certificado.

Mas, cumprindo aqui as normas regimentais, declaro abertos os trabalhos da presente audiência pública. Esta audiência atende a requerimento de minha autoria, com o objetivo de discutir a proposta de redução da maioria penal.

O resultado deste encontro será encaminhado ao Congresso Nacional e à comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional nº 171, de 1993. (Risos.) Pior 171, que é usada até como citação bíblica fora de contexto, que fica pior ainda. Esperamos, com isso, enriquecer o diálogo e fornecer nossas perspectivas como subsídio aos deputados federais.

Nossa audiência pública será dividida em três momentos com nossos convidados que serão intercalados com as manifestações dos senhores participantes. Essas participações terão tempo estipulado. Nós teremos uma primeira Mesa, com

quatro debatedores, com 10 a 15 minutos para exporem suas ideias, e a partir daí nós intercalaremos posicionamentos em torno de três minutos.

Por que isso? Porque a nossa ideia é que o maior número de entidades e de convidados possa, efetivamente, trazer aqui o seu posicionamento. Se o tempo hábil não for suficiente, nós vamos fazer o seguinte: a entidade pode se registrar e dizer que o nosso posicionamento oficial será encaminhado por escrito, até segunda ou terça-feira próxima, ou até o final da próxima semana, para que seja encaminhado o documento final ao Congresso Nacional.

Perguntas aos convidados serão feitas de forma escrita e serão respondidas ao final do ciclo das apresentações.

Participantes que necessitarem de atestado ou certificado de participação deverão informar nossa assessoria e o mesmo será providenciado posteriormente.

As entidades da sociedade civil e demais presentes que desejarem se manifestar publicamente deverão se inscrever com o Gustavo. Como já disse manifestações por escrito também serão recebidas e anexadas ao relatório final, que será enviado ao Congresso.

Para iniciarmos, então, os nossos trabalhos, eu passo a palavra, e os convidados me perdoem, mas eu terei aquele papel duríssimo e chato de interrompê-los aos 10 minutos, com mais alguns minutos de tolerância, nesta primeira Mesa de debates. Quero, então, passar a palavra ao Dr. Ariel De Castro Alves que, antecipadamente, quando o convidamos, aliás, agradecendo a sua participação no evento de hoje, mas, antecipadamente, quando o convidamos já havia nos explicado de sua dificuldade com agenda e da possibilidade de encaixarmos da maneira com a qual estamos encaminhando. Então, tem, neste momento, a palavra, por 10 minutos regimentais, o Dr. Ariel De Castro Alves.

**O SR. ARIEL DE CASTRO ALVES** – Boa tarde, deputado Carlos Bezerra. É uma honra poder contar com o convite de V. Exa. Gostaria de cumprimentar toda a Mesa aqui, em nome do nosso maior mestre, dos maiores juristas deste país, o professor Dalmo de Abreu Dallari. (Palmas.) Acho que até pronunciar o nome dele já nos causa emoção, principalmente para nós que somos da área do Direito. Ele certamente é uma das figuras mais respeitáveis no mundo jurídico e ele vai falar aqui sobre a

questão da constitucionalidade, na verdade, da inconstitucionalidade da redução da maioria, e eu acho que ele vai reforçar muito o nosso trabalho para conseguirmos barrar essa proposta legislativa.

Eu gostaria. Inicialmente nós tivemos uma conversa, antes desta audiência pública, eu estive aqui com o deputado Carlos Bezerra e gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa, pela coragem também de estar trazendo essa bandeira. O senhor é o primeiro deputado que, este ano, está tratando desse assunto através de uma audiência pública nesta Casa.

Muitas das pessoas que estão hoje aqui também nesta Mesa nós conversamos, conjuntamente, da importância de essas instituições estarem se pronunciando. Nós temos vários outros companheiros e pessoas também da área religiosa, então nós temos de deixar claro que as religiões não estão só do lado da bancada da bala. Nós temos aqui representantes da Metodista, da Presbiteriana, da Batista, da Igreja Católica, vários setores, progressistas, que sempre lutaram pela democracia e pelos direitos humanos neste país. E em nome de todos esses representantes, gostaria de mencionar o bispo Adriel, que me conhece desde criança lá da Igreja Metodista, então, uma figura fundamental nessa luta.

Gostaria, então, de dizer que o nosso trabalho tem de ser suprapartidário. Nós temos de atuar em nome de um compromisso com a infância e juventude neste país. Nós sabemos que os defensores da redução da maioria não têm argumentos técnicos. O programa "Profissão Repórter" mostrou muito bem isso. Eles não têm conhecimento de causa. São apelos puramente demagógicos, emocionais, em nome da vingança, em nome, muitas vezes, da lei do talião, que nos rememora à idade média.

Nós temos de trabalhar diante da razão e diante da emoção, e nós estamos defendendo a razão. Nós temos vários argumentos que, certamente, serão apresentados pelos nossos colegas aqui, e é fundamental que, então, nós contemos com vários partidos, que nós não devemos partidarizar essa discussão. Nós devemos contar com todos os setores que defendem os direitos da criança e do adolescente.

Aliás, o estatuto, quando foi aprovado, foi aprovado de forma suprapartidária, por todos os parlamentares, por todos os que tiveram compromisso com a infância e

juventude. E nesses 25 anos do estatuto, nós temos de manter a legislação também de forma suprapartidária.

Eu peço a todos aqui o máximo de respeito com todos os partidos, com todos os setores, porque o que importa é o compromisso pessoal, de cada representante do Parlamento, ou de cada representante partidário, com a causa da infância e juventude.

Nós temos argumentos suficientes para convencer a população sobre o desastre que vai ser a redução da maioria penal. Nós sabemos que hoje grandes veículos de comunicação fazem campanha explícita em defesa da redução da maioria, desrespeitando a regra universal da comunicação que é ouvir também o outro lado, que muitas vezes eles não têm ouvido, quando fazem essas campanhas.

No Uruguai nós tivemos um plebiscito da redução e a população rechaçou. A partir do momento que os dois lados se manifestaram de forma igualitária, conseguiu-se mostrar que colocar adolescente nos presídios só vai ampliar a violência, vai ser desastroso. Nós teremos aí adolescentes entre 16 e 18 anos sendo condenados a se tornarem irrecuperáveis dentro de um sistema penitenciário completamente falido e dominado por facções criminosas. E teremos mais adolescentes de 12 e de 13 anos, não é, Berenice, sendo recrutados pelo crime e indo para as unidades de internação da Fundação Casa e de outras instituições. Mais precocemente nós teremos crianças e adolescentes se envolvendo com a criminalidade.

O Congresso Nacional não pode tentar resgatar a sua imagem junto à opinião pública condenando adolescentes a se tornarem irrecuperáveis, porque isso vai, certamente, ter efeitos desastrosos a médio e longo prazo no Brasil.

Muitas vezes nós também temos de aproveitar essa discussão para também refletirmos sobre as políticas públicas que existem hoje para os adolescentes em situação de vulnerabilidade entre 14 e 21 anos de idade. Muitas vezes a política pública existente para essa faixa etária é simplesmente a política pública do vigiar e punir, porque não se oferece educação, não se oferece profissionalização, não se oferece um atendimento de saúde adequado. Como nós sabemos quando o Estado e a sociedade excluem, o crime acaba incluindo esses jovens.

E no momento em que o Brasil adotou o lema de pátria educadora, se reduzir a maioria nós seremos uma pátria encarceradora. (Palmas.) Será, efetivamente, como se nós todos aqui, inclusive, tivéssemos atestado que nós somos incompetentes para educar e incluir crianças e adolescentes e, por isso, resolvemos encarcerá-los.

E, aproveitando vários juristas que estão aqui, Dr. Jayme, Dr. Martim, meu amigo Felipe, além do professor Dalmo, o próprio Ari, que também é advogado, Rubens, os nossos colegas da Defensoria, representante do Centro de Apoio do Ministério Público, eu vou precisar sair, mas eu acho que é importante vocês poderem analisar os reflexos da maioria.

Por exemplo, uma semana antes de a CCJ reduzir a maioria, foi aprovado um projeto aumentando penas para quem oferecer bebida alcoólica para criança e adolescente. A partir do momento que reduziu a maioria penal, quem tem 16 pode beber à vontade. Quem vai impedir? Ele é maior de idade, ele necessariamente vai ter esse direito também. Vai ter o direito de dirigir veículo, porque hoje o Código de Trânsito é bem claro, tem de ser imputável para poder dirigir veículo. Então, a partir dos 16 anos, reduziu a maioria, vão poder também dirigir veículo.

O crime de exploração sexual de vulnerável. Todos que têm menos de 18 anos podem ser, então, a partir do momento, Itamar que está aqui, que atua na *Childhood*, a partir do momento que reduziu a maioria penal, quem tem mais de 16 anos, se for para 16, ou se for para 14, pode ser explorado sexualmente, porque cai por terra a exploração sexual de vulnerável.

A proteção ao trabalho. A partir dos 14, ou 16 anos, pode trabalhar à noite, pode prestar serviços perigosos, insalubres, porque também ele já é maior de idade. Ele já tem absoluta responsabilidade penal por todos os seus atos.

Além de perderem, muitas vezes, o direito à educação, às medidas de proteção. Vai ficar estranho ter um adolescente com maioria criminal num serviço de acolhimento institucional em medida de proteção. Muitos vão justificar: Não! Ele é maior de idade, ele que se vire, vai arrumar um local para morar, ele já é autônomo a partir do momento que tem a maioria.

Nós temos de refletir. Hoje, se um adolescente com 16 precisa de vaga na escola e não consegue, ele vai ao conselho tutelar. Será que depois da maioria

não vão justificar: Não! Ele é maior de idade, ele que se vire, não é competência do conselho tutelar requisitar serviços para quem já tem a maioria penal. Isso vai servir para que se enfraqueçam todas as políticas públicas. É um golpe mortal no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Acho que é fundamental nós podermos estar refletindo sobre essas questões nesta atividade hoje. Parabenizar aqui a todos os componentes desta Mesa, a todos vocês, e obrigado a todos e até a vitória, se Deus quiser. A luta vai ser difícil, mas nós chegaremos vitoriosos.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Obrigado, Ariel.**

Enquanto o Ariel falava, eu estava aqui pensando algumas coisas. Antes de passar a palavra para o próximo debatedor, que será o professor Dalmo, eu estava aqui pensando em algumas coisas.

A gente vive um momento onde o clima emocional domina o debate. E a gente tem um papel importantíssimo nesse momento, porque as pessoas, quando eu ouço as pessoas falando: Ah! Mas a opinião pública, as pesquisas de opinião pública mostram que 90% das pessoas estão a favor da redução. Mas quando se pergunta às pessoas você é a favor do quê? As pessoas não sabem te dizer. Na verdade, as pessoas estão respondendo, o que respondem, baseadas em falsas informações, baseadas nas informações que a bancada da bala, por exemplo, transmite de uma sensação de que 200% dos crimes cometidos no país são cometidos por adolescentes.

E nós temos um papel, porque eu, quando me posicionei, meu posicionamento é histórico, tenho uma ligação histórica com os movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, me posicionei baseado em informações, informação técnica, em conceitos. E é por isso que a gente está aqui. O caminho é a construção, a partir de informação, a construção de saídas fundamentadas.

Nós não podemos permitir que o Estado reaja emocionalmente. As pessoas têm todo o direito de reagirem emocionalmente. Nós somos solidários às vítimas de violência, mas o Estado, o Estado não reage emocionalmente. (Palmas.)

Colocou muito bem o Ariel sobre o perigo das consequências. As pessoas estão falando em redução da maioria, mas estão esquecendo as consequências: que o adolescente vai poder comprar bebida alcoólica, que o adolescente pode ter acesso a amar, que o adolescente pode ser explorado sexualmente, de que pode ter adolescente

na capa da “Playboy”. As pessoas estão se esquecendo disso. Isso tem um impacto direto na vida das pessoas. E nós temos de alertá-las.

Mas, enfim, o que eu quero dizer é que eu não concordo com esse circo armado pela extrema direita, pela bancada da bala, pelos ruralistas e pela bancada evangélica no Congresso Nacional. (Palmas.) Eu não concordo. E o meu posicionamento é o posicionamento de alguém que é evangélico. Eu sou protestante. Professo a fé protestante, mas todas as vezes que o caminho público escolhido for o caminho público de distorção de textos e de princípios bíblicos, fomentando violência, a qual o meu mestre jamais fez, eu estarei do lado oposto, para o enfrentamento e para o bloqueio disso.

Eu não concordo com esse circo, não concordo com o uso de citações bíblicas descontextualizadas. E a gente está aqui para, quem sabe, provocar uma grande crise de lucidez na nossa sociedade. É nisso que eu acredito.

Eu queria passar a palavra ao professor Dalmo Dallari, que dispensa maiores apresentações, mas que vai nos falar sua vida, sua história. Ele é um daqueles homens que a vida fala ainda muito mais alto do que seus discursos. Sua biografia fala por si, sua luta fala por si.

Queria, então, pedir que ele nos falasse, nesta tarde, sobre a inconstitucionalidade da PEC nº 171, proposta em debate no Congresso Nacional. Vossa excelência tem 10 minutos para sua exposição.

**O SR. DALMO DE ABREU DALLARI** – Caro deputado Carlos Bezerra Jr., caríssimos membros da Mesa, caros companheiros de luta aqui presentes, eu quero, antes de tudo, agradecer pelo privilégio de poder usar da palavra neste momento, nessa situação.

Agradeço ao ilustre deputado e quero acrescentar que tive também a honra de uma solicitação do cardeal arcebispo dom Odilo Scherer para que falasse também em nome da Arquidiocese. De maneira que é um duplo privilégio, uma dupla responsabilidade.

O deputado disse bem que esta audiência pública tem, entre outros objetivos, um objetivo fundamental, que é colher subsídios para que se possa enfrentar essa proposta, essa tentativa de redução da idade de responsabilidade penal.

Eu, então, resolvi trazer aqui subsídios de natureza jurídica. Eu sou jurista, trabalho basicamente nessa área e, certamente, outros aspectos serão lembrados, mas eu

achei que seria uma contribuição importante, um subsídio importante trazer, trazer bem objetivamente, a questão da constitucionalidade, ou inconstitucionalidade dessa proposta. É isso que eu vou fazer.

E para ser objetivo e para não exceder o tempo, eu trouxe um texto escrito, assim eu vou diretamente ao ponto. Vou fazer aqui referência a alguns dos mais notáveis juristas brasileiros que estão exatamente nessa linha que eu venho sustentando.

Eu vou, então, proceder à leitura, e tenho a convicção, quase que tenho certeza, de que todos irão entender perfeitamente, apesar de eu tratar sob o aspecto jurídico. O que eu poderia dizer a meu favor é que sou um advogado que não costuma falar *data venia*, eu falo em português, de maneira que vocês irão me entender. (Risos.)

O que eu tenho a dizer é o seguinte. O direito de não ser enquadrado legalmente como acusado da prática de um crime e de não sofrer as restrições a direitos e as agressões de várias espécies que, inevitavelmente, decorrem desse enquadramento, o direito do não enquadramento é um direito fundamental das pessoas com menos de 18 anos de idade, direito consagrado na Constituição, por decisão dos constituintes que elaboraram a Constituição brasileira de 1988.

E quando eu disse aqui das pessoas, quer dizer, não interessa se é brasileiro ou estrangeiro, se é homem ou mulher, quem estiver no Brasil e não tiver os 18 anos, não pode sofrer esse enquadramento.

Essa garantia constitucional está sendo ameaçada por proposta de emenda constitucional, que pretende reduzir essa garantia das pessoas, diminuindo de 18 para 16 anos, ou até menos, a idade de responsabilidade penal.

Desde logo, é importante assinalar que a idade mínima de 18 anos é praticamente universal, sendo pouquíssimos os países que possibilitam tratar como criminosos as pessoas que ainda não completaram 18 anos de idade. Na realidade, as consequências do simples enquadramento legal como possível criminoso, já acarretam consequências extremamente graves, afetando seriamente o direito à liberdade, em suas muitas expressões, mas podendo também afetar outros direitos básicos, como o direito à convivência familiar, o direito de frequentar uma escola, de exercer muitas atividades profissionais, o direito de participar de atividades sociais de várias espécies. Isso tudo, acrescido das graves decorrências de natureza moral e social que resultam do simples fato de um adolescente ser tratado legalmente como criminoso.

Em termos brasileiros é importante acrescentar a isso a situação pública e notória do sistema prisional brasileiro, no qual, a par de muitas deficiências, são muito

fortes a presença e a influência de quadrilhas de criminosos que, obviamente, iriam exercer coação sobre o adolescente de 16 anos que se tornasse colega de cela de integrantes de quadrilhas.

Para conter o risco de avanço dessa proposta, aqui então está já a colocação jurídica – para conter o risco de avanço dessa proposta basta assinalar que esse projeto de emenda constitucional é manifestamente inconstitucional, pois pretende eliminar direitos fundamentais expressamente consagrados na Constituição brasileira. Esses direitos não podem ser reduzidos por meio de emenda constitucional, como já tem sido afirmado e reiterado pelos mais autorizados constitucionalistas brasileiros.

Com efeito, diz expressa e claramente a Constituição, no art. 228: são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas de legislação especial. Quer dizer, há uma legislação, há uma regulamentação, mas não podem ser imputados, não podem ser enquadrados como criminosos.

Quanto à natureza jurídica desse dispositivo, do art. 228, é oportuno registrar aqui a opinião de dois notáveis constitucionalistas brasileiros: José Afonso da Silva e René Ariel Dotti. Essas opiniões estão expressas na obra “Comentário Contextual à Constituição”, do José Afonso da Silva, precisamente nos comentários ao referido art. 228. Diz o eminente mestre que quanto aos menores de 18 anos a lei penal, e agora a própria Constituição, os têm como inimputáveis, militando, pois, a favor deles, uma presunção absoluta de incapacidade para entender a ilicitude de sua conduta ou determinar-se segundo esse entendimento.

Depois desse esclarecimento, conclui o eminente mestre: Concordamos com René Ariel Dotti quando concebe a inimputabilidade como uma das garantias fundamentais da pessoa humana. Trata-se de um dos direitos individuais inerentes à relação do art. 5º, caracterizando assim como cláusula pétrea. Consequentemente a garantia não pode ser objeto de emenda constitucional visando à sua abolição para reduzir a capacidade penal em limite inferior à idade – 16 anos, por exemplo, com se tem cogitado. A isso se opõe a regra do § 4º, inciso IV, do art. 60 da Constituição. Com efeito, o mencionado dispositivo constitucional estabelece limitações expressas ao poder de emenda constitucional, dispondo muito claramente – aspas, § 4º, não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Não pode, sequer, ser objeto de consideração.

Comentando, especificamente essa norma constitucional, outro eminente constitucionalista brasileiro, Raul Machado Horta, trata do tema das limitações ao poder

de emenda constitucional em sua obra consagrada “Estudos de Direito Constitucional”, observa ele que o poder de reforma ou de emenda é poder limitado na sua atividade de constituinte de segundo grau. A emenda é incompatível com a ruptura da Constituição.

Quer dizer, não se pode fazer emenda destruindo a Constituição. E acrescenta em seguida que a parte da Constituição que não pode ser mudada por via de emenda constitucional constitui um centro comum de imputação, que limita a atividade do órgão de revisão constitucional. E com base nesse ensinamento, acrescenta, em seguida, que são improponíveis, quer dizer, não podem sequer ser propostos no Congresso Nacional os temas irreformáveis – aquilo que não pode ser objeto de reforma não pode ser objeto de uma proposta, temas irreformáveis, que não podem ser objeto de emenda à Constituição.

Ele faz uma enumeração do que não pode sequer ser discutido como proposta de emenda, o que não pode ser emendado na Constituição, ele então enumera. A forma federativa de Estado, uma proposta de emenda que queira eliminar a forma federativa não pode sequer ser considerada. O voto direto secreto universal e periódico. A separação dos poderes. E os direitos e garantias individuais.

Esses temas não podem ser objeto de proposta de emenda constitucional. E se for proposta uma emenda, ela não pode prosperar, ela tem de ser contida e eliminada, porque é uma emenda impossível. (Palmas.)

Em conclusão. A proposta de emenda constitucional, essa famigerada PEC nº 171, pretendendo a redução de idade de responsabilidade penal, é claramente inconstitucional, pois agride uma cláusula pétrea da Constituição quando propõe a eliminação de direitos e garantias constitucionais de pessoas humanas com idade entre 16 e 18 anos.

A par da injustiça e dos graves inconvenientes sociais, que fatalmente decorreriam da aprovação de tal proposta, existe a exigência ética e jurídica de respeitar a supremacia da Constituição, fundamento do estado democrático de direito.

Aí estão os subsídios jurídicos que eu ofereço à comissão para que nós, juntos, façamos uma barreira que, no caso, é intransponível, porque, na verdade, a barreira já existe, ela consta expressamente da Constituição.

Eu diria isso. Os outros argumentos, argumentos de natureza social, ética, tudo isso são fundamentais, mas eu diria isso, como jurista, basta esse argumento. É impossível propor a redução da idade de responsabilidade penal porque a Constituição não admite proposta de emenda com tal sentido. Essa é a minha contribuição.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Muito obrigado, professor Dalmo.

(Manifestação fora do microfone.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Muito bom. Sugestão aceita, e ao final a gente faz uma série de deliberações, entre elas a disponibilização da proposta final colhida, dos subsídios colhidos por esta audiência pública.

Obrigado, professor Dalmo.

Eu gostaria de solicitar, fazer um convite, a que o bispo Adriel de Souza Maia, e na pessoa dele, representasse o bispo Stanley da Silva Moraes, que é secretário do Colégio Episcopal Metodista, o reverendo Marciano do Prado e o reverendo Renato Saidel, mas eu gostaria de pedir ao bispo, que foi presidente do Conic, que pudesse nos dar a honra de compor a Mesa conosco aqui nesta tarde. (Palmas.)

Também gostaria de convidar a que estivessem conosco, aqui, em lugares que nós vamos disponibilizar atrás da Mesa, eu gostaria de convidar a que viesse estar conosco o pastor Tércio Sá Freire que, neste ato, representa a Rede Evangélica Nacional de Assistência Social, que ele também pudesse compor conosco a Mesa nesse momento.

Também convido a que esteja conosco o Sr. Emerson Martins Ferreira, coordenador de projetos do Grupo Cultural AfroReggae, aqui de São Paulo.

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Eu peço aos senhores o seguinte. A questão é a seguinte. Eu peço que nós nos atenhamos ao tema da idade penal, ou seja, vamos àquilo onde temos convergência. Esta é uma audiência de convergências e não de divergências. Esta é uma audiência de busca de convergências. É por isso que nós estamos aqui, dando um exemplo de civilidade, de democracia. Nós precisamos disso.

Quero convidar também Wellington, que representa neste ato a Visão Mundial aqui no Brasil, a que esteja conosco.

Queria mencionar, antecipadamente, a presença de um músico querido, da banda “Oficina G3”, o Duca Tambasco, que está aqui. Uma alegria imensa tê-lo aqui conosco. Bom demais tê-lo junto na luta.

Eu queria, então, passar a palavra, e como eu disse, nós estamos numa audiência em busca de convergências e colhendo subsídios contrários à proposta de redução da maioria penal no Congresso Nacional. Eu gostaria, então, de passar a palavra à Dra. Berenice Giannella, presidente da Fundação Casa, para que ela pudesse, então, fazer aqui. Aliás, registrar aqui o meu respeito pelo seu trabalho, por aquilo que a senhora vem fazendo. E eu quero, então, passar a palavra para que a senhora pudesse, neste momento, fazer uso da palavra pelos próximos 10 minutos.

**A SRA. BERENICE GIANNELLA** – Boa tarde a todos. Eu queria agradecer o convite do deputado Carlos Bezerra para estar aqui presente. Saudar todos os componentes da Mesa, na pessoa do nosso professor Dalmo Dallari.

Apesar de ser da área jurídica, eu não vou abordar aspectos jurídicos, porque acho que já foram suficientemente abordados pelo professor Dalmo.

Eu gostaria de dar alguns dados estatísticos sobre a Fundação Casa que ajudam e que nos dão subsídios, como o deputado Carlos Bezerra falou, para que a gente possa defender a não redução da maioria penal.

Eu acho que existe uma primeira questão que acho que nós precisamos sempre enfatizar, que o adolescente no Brasil já é punido, sim. É lugar comum a gente ouvir que ele é de menor e não pega nada. E, na verdade, a partir dos 12 anos de idade, ele já pode ser submetido às medidas socioeducativas, que podem ser medidas alternativas à privação de liberdade, como a liberdade assistida, advertência, prestação de serviços à comunidade, mas também pode ser submetido a uma pena privativa de liberdade, que é a medida de internação.

Eu acho que essa é a primeira coisa que nós precisamos combater. Quer dizer, o adolescente é punido, sim, no Brasil a partir dos 12 anos, desde que ele pratique os atos que estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outra questão que me parece importante ressaltar é, se nós pegarmos as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que são divulgadas mês a mês, nós vamos ver que os adolescentes respondem por uma parcela bem menor dos crimes que são praticados. A cada 100 pessoas presas em São Paulo, 87 ou 88 são adultos, e 12 ou 13 adolescentes. Esse número, evidentemente, varia, mês a mês, mas percentualmente falando, de cada 100 pessoas presas em flagrante, portanto, que foram pegadas praticando crimes, apenas 12 ou 13 são adolescentes, os demais são adultos.

Ainda que a redução da idade penal tivesse o condão absolutamente mágico de acabar com a criminalidade juvenil, nós ainda teríamos um percentual bastante alto de crimes sendo praticados.

E esse número mostra também que, ao contrário do que as pessoas costumam falar, que também é um lugar comum, não embasado em números, os jovens praticam muito menos crimes do que os adultos.

A outra questão que eu gostaria de enfatizar também é em relação aos atos graves. O que a gente sempre tem visto também, das manifestações das pessoas de maneira geral, é que o adolescente é autor de todos os crimes bárbaros e graves que são cometidos. Isso não é verdade.

Na Fundação Casa hoje nós temos quase 10 mil jovens internados, e nós respondemos por 50% dos números do Brasil. O Brasil todo tem aproximadamente 20 mil jovens internados e só São Paulo nós temos quase 10 mil, então respondemos por 50% desses jovens.

Se nós somarmos todos os adolescentes que estão na Fundação Casa e praticaram os chamados crimes hediondos, que são latrocínio, homicídio qualificado, extorsão mediante sequestro, estupro, esse número não chega a 3% dessa população. Quer dizer, todos somados gira em torno de 2.7% ou 2.8%. Num universo de 10 mil jovens, que é metade dos jovens que estão internados no Brasil, nós temos aproximadamente 280 ou 270 jovens que praticaram crimes hediondos. Então, também é mentira o que se diz por aí que o jovem é autor de 80%, 90% dos crimes hediondos. Isso não é verdade.

Outro dado estatístico da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo também aponta que no ano passado nós tivemos 387 latrocínios em São Paulo. Desses 387 latrocínios, 48 foram praticados por menores. Também nós temos aí, basicamente, 12, 13% dos latrocínios praticados que foram praticados por menores, os outros por maiores de idade. Quer dizer, todos esses números mostram que, ao contrário do que se fala, o adolescente delinque menos.

Uma outra questão que eu acho importante ressaltar é que com todas as modificações que ocorreram na lei penal nos últimos anos eu ousou dizer que o adolescente hoje é mais punido, muitas vezes, do que o adulto. (Palmas.)

Ontem eu estava com uma repórter de uma televisão que estava fazendo uma matéria sobre a redução da maioridade penal e ela citou o caso de dois jovens que foram apreendidos após o roubo de um veículo, os jovens foram rapidamente apreendidos pela

polícia, levados à delegacia, e a vítima foi chamada à delegacia e ela disse que não queria reconhecer os jovens porque ela sabia que eles iam ficar no máximo seis meses na Fundação Casa e seriam soltos depois.

E aí a repórter me perguntou o que eu achava disso. Eu disse para ela: Minimamente esses jovens, minimamente, vão ficar presos por 45 dias, que é o tempo de internação provisória, até aguardar o julgamento, porque raramente um juiz libera um adolescente que é apreendido por roubo. Provavelmente ele vai receber uma medida de internação, e essa medida de internação hoje, em São Paulo, dura em média 10 meses, 11 meses, em alguns outros estados ela dura mais. Se esse crime tivesse sido praticado por dois adultos, um roubo qualificado, tentado, ele teria, provavelmente, uma pena menor do que quatro anos e, portanto, sairia em liberdade. Quer dizer, o adolescente ia ficar privado da liberdade muito mais tempo do que o adulto. Isso é uma realidade que acontece hoje.

Se existe uma preocupação com a não punição, e ela deve existir, porque vivemos numa sociedade em que nós temos um índice de insegurança alto, que as pessoas estão preocupadas com a insegurança, nós temos outras medidas que precisam ser tomadas, primeiro em relação aos adultos, como, por exemplo, endurecer a punição para um adulto que utiliza um menor para a prática de um crime, que é outra questão que precisa ser estudada, e, segundo, reforçar o papel das Polícias. Porque o jovem, ou o adulto, só pratica quatro ou cinco crimes porque ele não é pego na primeira vez. Porque nós temos um índice bastante baixo de esclarecimento de autorias de crimes, salvo as hipóteses em que são feitas as prisões em flagrante, nós temos um índice de esclarecimento de crimes muito baixo.

A outra questão que eu acho que é importante enfatizar é que, por mais que a gente diga que o jovem hoje nasce mexendo na internet, ele conhece um monte de coisa e tal, ele ainda é uma pessoa em formação. Ele ainda é imaturo. Basta conversar com qualquer adolescente, você pode pegar um adolescente de 1,80m que esteja na Fundação Casa, que tem cara de homem, ele é imaturo. Ele ainda tem um desenvolvimento, ele ainda está em formação.

Tanto que nós temos um grupo de psiquiatras que são da USP e que trabalham conosco na Fundação, para os casos que a gente tenha de saúde mental, eles raramente fecham um diagnóstico com menos de 18 anos. Por quê? Porque com menos de 18 anos a pessoa ainda está em modificação, o cérebro ainda está em desenvolvimento e, portanto, ainda há uma dificuldade para saber o estado de maturidade dessa pessoa.

Resumindo, porque acho que já está terminando meu tempo, os adolescentes praticam muito menos crimes que os adultos, não praticam os crimes gravíssimos que colocam por aí, são ainda pessoas em formação e, portanto, merecem um tratamento diferenciado.

(Manifestação fora do microfone.)

**A SRA. BERENICE GIANNELLA** – Precisamos achar algo que substitua a Fundação Casa.

(Manifestação fora do microfone.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Eu peço que as manifestações... Nós estamos numa audiência pública. Eu, no início da audiência, propus uma série de, enfim, de informações, de balizas para a gente conduzir esta audiência pública e atingir o nosso objetivo, porque ela tem um objetivo.

Eu solicito que as intervenções a serem feitas possam ser feitas no momento oportuno e da maneira com a qual a gente combinou desde o início.

**A SRA. BERENICE GIANNELLA** – Me parece que o estatuto mereceria algumas mudanças, que talvez fossem, que atingissem um pouco uma resposta mais efetiva da população. Eu acho que existem dois pontos que poderiam ser estudados.

Primeiro a possibilidade do aumento do tempo de internação para os que praticam crimes hediondos, não numa maneira de você ter um prazo fixo, mas você poder ter um tempo maior de resposta do Estado. Acho que essa seria uma alternativa em que a gente daria uma resposta mais efetiva à sociedade e também poderíamos ter um tempo maior para trabalhar com esses jovens.

E a outra questão que precisa, e quando falo de um tempo maior, esse tempo maior, evidentemente, não seria cumprido no presídio, porque senão, se a gente mandasse para o presídio, a gente estaria reduzindo a maioria penal por vias transversas.

A outra questão que eu acho que o estatuto precisa dar uma resposta é para os casos dos jovens que têm problemas de saúde mental. Hoje nós não temos. O estatuto

fala que ele deve receber um tratamento em local adequado, agora, qual é esse tratamento, a saúde não dá uma resposta.

(Manifestação fora do microfone.)

**A SRA. BERENICE GIANNELLA** – Então, o que acaba acontecendo é que a imensa maioria dos juízes internam esses jovens na Fundação Casa, porque a saúde não dá uma resposta adequada para isso, esses jovens não absorvem medidas socioeducativas.

(Manifestação fora do microfone.)

**A SRA. BERENICE GIANNELLA** – Então, é isso que estou tentando falar. Os jovens não absorvem medida e acabam, são os que mais são punidos na Fundação, porque são jovens que ficam três anos na Fundação, são os jovens que a gente tem muita dificuldade de trabalhar, porque não é, essa não é a função da Fundação, mas são os jovens que são mais punidos, que são os têm problemas de saúde mental, não absorvem medidas, praticam crimes porque têm problemas de saúde mental e nós, no Brasil, não conseguimos dar uma resposta a essa população.

É uma grande dificuldade que a gente tem na Fundação, conversando com os outros estados a gente nota isso, e nós precisaríamos, sim, brigar para que essa população tivesse um atendimento de saúde adequado, que hoje não existe. Que ela não fosse colocada dentro da Fundação Casa.

Acho que, em linhas gerais, era isso que eu gostaria de colocar. Tenho absoluta convicção que a gente precisa melhorar a educação do país, melhorar o atendimento à saúde, saneamento básico, habitação.

E deixo aqui registrado um último número, que acho que vai calar fundo na alma de qualquer pessoa que esteja debatendo esse tema: 96% dos jovens que estão na Fundação Casa têm defasagem idade/série escolar. Ou seja, estão fora da série que deveriam estar na escola. Então, é impossível a gente não imaginar que isso, essa ausência de escola, essa falta de uma educação adequada não seja, parcialmente, ou muito responsável pelo envolvimento desses jovens na criminalidade.

Acho que nós temos uma grande luta de melhorar a educação no país, de investir na educação básica, para que a gente possa primeiro dar a esses jovens condições de fazerem opções na vida antes de nós pensarmos em encarcerá-los.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, Dra. Berenice.

Queria registrar aqui a presença também da Solange Cristina e da Iracema Araújo, conselheiras do CMDCA.

Neste momento, então, passo a palavra ao Dr. Rubens Naves, advogado, membro do conselho de administração da Abrinq, que representa a Abrinq aqui neste ato. O senhor tem 10 minutos para sua exposição.

**O SR. RUBENS NAVES** – Deputado Carlos Bezerra, na sua pessoa, eu cumprimento os demais colegas da Mesa e os participantes desta audiência pública, e quero cumprimentá-lo por essa iniciativa, que é extremamente importante diante desse contexto que nós estamos vivendo hoje, do debate da questão da redução da maioria penal.

A Fundação Abrinq e a *Save the Children*, que agora são associadas, a Fundação Abrinq desde a década de 1990, desde a promulgação do ECA, vem defendendo o Estatuto da Criança e do Adolescente, e vem defendendo com todas as suas energias esse preceito constitucional que diz que a maioria penal é de 18 anos no Brasil.

É uma posição inequívoca e que nós achamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser cumprido. Ele não é cumprido na sua integralidade. Então, acho que essa é a primeira bandeira.

Há muito a ser feito. Nessa minha manifestação eu desejo ser mais propositivo do que, efetivamente, me deter a algumas análises de alguns aspectos que foram levantados aqui. Claro, eu farei um resumo do posicionamento oficial dessa entidade, que tem uma tradição na luta contra o trabalho infantil, pela educação, pela creche, e aí já é uma militância pessoal minha. É um escândalo em São Paulo, que nós temos 150 mil crianças fora da creche, que deveriam estar. Então, nós temos quase que um ambiente que vai levar, necessariamente, a criança e o adolescente a cometer uma infração ou um ilícito contra o nosso ordenamento penal.

A inconstitucionalidade é o primeiro mito e fato relativo a essa questão. A inconstitucionalidade é flagrante, mas nós vamos ver um pouco na frente que essa

medida, essa luta, esse reconhecimento da inconstitucionalidade desse projeto, da Emenda Constitucional nº 171, quer dizer, ele não pode ficar apenas nos aspectos jurídicos. Se não houver, efetivamente, uma mobilização política, nós vamos ter dificuldades pela frente, porque o direito, e o professor Dalmo Dallari conhece muito bem aqui, eu sou um advogado, um militante, o direito também é muito condicionado pela realidade social.

Nós não podemos chegar, vamos dizer assim, que haja um momento de comoção nacional onde nós podemos ter uma derrota aí no Congresso Nacional, com consequências imprevisíveis. Há necessidade de uma mobilização política. A inconstitucionalidade foi muito bem posta aqui pelo professor Dalmo Dallari, mas é um estudo que acho que nós devemos buscar aliados sempre. É uma medida inadequada para o combate à violência e à criminalidade.

A Berenice salientou muito bem, nada como ela, para nos relatar o dia a dia dessa dificuldade que nós temos no país para lidar com os adolescentes, para nós, praticamente, e aqui vêm, certamente, os juízes e promotores que vão se manifestar, que vão falar dessa dificuldade. Às vezes é mais fácil encarcerar do que buscar uma saída, muitas vezes, mais no plano da educação, mais no plano da inclusão.

O terceiro item é que a imputabilidade não é sinônimo de impunidade. Isso foi já levantado aqui, em especial pelo Ariel. O número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas é frequentemente superdimensionado, e aí a gente tem estudos da Fundação Abrinq que serão encaminhados, Sr. Presidente, deputado, para esse seu propósito de fazer chegar isso ao Congresso Nacional.

O Sinase ainda não foi devidamente posto em prática nos estados brasileiros. As taxas de reincidência no sistema de atendimento socioeducativo são muito menores que no sistema prisional. Quer dizer, a função do direito e a função da pena é função da ressocialização, é função de você recuperar esse cidadão, no caso nossos adolescentes, para a vida em sociedade. Quer dizer, é essa função que está sendo descaracterizada.

Se você baixa essa idade e coloca no sistema prisional, nós sabemos que é uma escola do crime e essa escola é danosa e esse adolescente vai, com 16 anos, até com uma idade menor, ele vai ser um instrumento, vamos dizer assim, de atuação de gangues e de outros criminosos.

O aumento de intensidade da punição não reduz os crimes. E aí há estudos internacionais, o estudo de Direito Comparado, em que a gente vê que essa experiência é uma experiência equivocada, achar que a solução está na lei, que a solução está na

severidade da lei. A solução passa por processos, já foi chamada aqui a atenção do processo de educação, que é fundamental, e da inclusão social e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

O aumento, as crianças e adolescentes são as maiores vítimas de violações de direitos, e isso também a Fundação Abrinq tem esse dados muito bem levantados, o Ministério Público estadual e federal também têm um posicionamento muito claro, revelando esses números. Quer dizer, os adolescentes neste país são as grandes vítimas, as crianças e os adolescentes.

Finalmente, o décimo item são as crianças e os adolescente, são sujeitos de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e, desde 1990, devem receber proteção integral, prevista pelo ECA. São cidadãos, são adolescentes ainda numa situação de vulnerabilidade.

Nada como o depoimento da Berenice aqui, de falar, aparentemente são adultos etc., mas são ainda pessoas em formação, e essa, veja só, o ECA, e aqui é importante você resgatar o surgimento do ECA no Brasil, ele vem de uma grande articulação internacional, ele vem de uma reflexão feita na ONU, que baixou, inclusive, e conseguiu implementar um tratado internacional em defesa desses direitos da criança e do adolescente. Então, nós estamos falando aqui de uma cultura de civilização e não de um direito, apenas do direito individual no Brasil. É algo que transcende, é uma questão só da nossa época. Uma época que se pretende ser civilizada e ser moderna etc. não pode conviver com o espírito de achar que a punição vai resolver essa situação de infração do adolescente, que comete esse procedimento.

Deputado Carlos, eu estou encaminhando esses relatórios, inclusive relatórios da Fundação Abrinq, e passando para um outro aspecto dessa minha intervenção, que é um aspecto que diz respeito à chamada política do direito, e que, vamos dizer assim, eu vou dar continuidade aqui às palavras do presidente Capez, do protagonismo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

A Fundação Abrinq vem, durante todos esses anos, monitorando, no Congresso Nacional, as medidas que são propostas pelos parlamentares de atualização, de busca de um aperfeiçoamento da legislação que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente. E essa constatação é que nós estamos diante de uma situação muito difícil, ou seja, nós somos uma minoria. Há uma radicalização, em especial nessa comissão especial que foi constituída na Câmara, e que trata da Emenda nº 171, que há necessidade de uma forte articulação política.

E aqui é que eu acho, deputado, a sua iniciativa deve ser muito acompanhada, e apoiada, e você tem o apoio, asseguro, das organizações da sociedade civil, na medida em que esse protagonismo, eu acho que ele não deve se limitar apenas a enviar os documentos, as nossas considerações aqui ao Congresso Nacional. Mas devemos também trabalhar numa perspectiva do posicionamento das Assembleias Legislativas, que têm legitimidade para propor, inclusive, emendas constitucionais. Se a Assembleia Legislativa tem essa legitimidade, no art. 60 da Constituição, inciso III, se tem propor emendas, 50% das Assembleias Legislativas podem propor emendas, elas também mais são legitimadas para propor um debate e propor medidas para a gente avançar no cumprimento do ECA e não na punição dos adolescentes, no encarceramento dos adolescentes.

E aí, esse debate deveria ser feito, então, avocado pelas Assembleias. É uma forma de a gente tirar desse Congresso Nacional, hoje, esse debate, e trazê-lo para a proximidade dos nossos adolescentes. Quem cuida da nossa segurança, em termos constitucionais, e na realidade, é o estado-membro, é o Estado de São Paulo no caso, quem está próximo do adolescente, que conhece essa situação.

Eu estou, neste momento, reafirmando que nós devemos buscar legitimar a Assembleia para ser o foro de debate dessa emenda e não o Congresso Nacional. Acho que esse é um caminho político e você tem toda razão quando você diz que esse momento é um momento de oportunismo político por parte da Câmara dos Deputados. Vamos, então, combater esse oportunismo político com essa saída, trazer esse debate para o estado-membro. Esse debate, esse protagonismo do estado-membro, e aqui falo como advogado militante perante o Supremo Tribunal Federal, esse protagonismo dos estados tem sido incentivado pelos ministros do Supremo. Tem sido incentivado. Os estados-membros na Federação brasileira fazem pouco, legislam pouco, influem pouco. Nós temos toda uma competência que precisa ser melhor exercida.

Eu acho que esse é o papel, hoje, da Assembleia. Acho que este é só um começo, deputado, e espero que você possa contar com todo o nosso apoio aqui para avançar nesta luta.

E acredito, fortemente, que isso vai ao encontro, inclusive, de alguns desejos de alguns líderes, inclusive do seu partido. Eu encerro essa minha intervenção citando aqui uma declaração do antigo governador Mário Covas, em 29/11/1999, porque é impressionante, que país é este, aqui, que para reduzir a criminalidade tem de reduzir a idade? Que dizer? Não só queremos fazer adultos criminosos. Que bobagem é essa? E o

governador, você se lembra, ele era muito emotivo etc. Que bobagem é essa, dizia o Covas. Quer dizer, bobagem de quem não conhece a nossa realidade, não conhece a realidade dos nossos adolescentes, não acolhe os nossos adolescentes.

Eu não vejo nenhuma razão que para você resolver o problema da criança infratora, você tenha de diminuir a idade da pena de 18 para ser 16 anos. Esse é um homem público, um homem público afinado com as lutas sociais, como desenvolvimento do Brasil, e pensava, e era um líder do seu partido. Espero que esse pensamento do líder do partido possa iluminar a sua trajetória, e dos seus colegas inclusive, no Congresso Nacional.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Obrigado.**

Aliás, essa não é uma discussão, embora não seja uma discussão partidária, o documento também será encaminhado à bancada do PSDB no Congresso Nacional. Aliás, há vários membros aqui, vários membros partidários, que representam o partido, que estão nesta audiência pública, como o Igor Cunha, presidente da Juventude Municipal do PSDB, Léo Coutinho e Fernando Guimarães, presidente do Instituto Teotônio Vilela, em São Paulo.

Obrigado, Dr. Naves.

Gostaria de passar, rapidamente, a palavra, ao Dr. Felipe Locke, presidente da Associação Paulista do Ministério Público. Vossa excelência tem 10 minutos.

**O SR. FELIPE LOCKE CAVALCANTI – Obrigado.** Deputado Carlos Bezerra, em primeiro lugar muito obrigado por esta oportunidade, parabéns por mais esta iniciativa, que vai ao encontro dos anseios sociais, debater temas com inteligência.

Eu fico estarecido quando eu vejo determinadas medidas serem tomadas, e quero, em primeiro lugar, agradecer a possibilidade de estar ao lado de uma Mesa tão seleta, e gostaria de homenagear a todos, na pessoa do nosso professor Dalmo Dallari, que tive a honra de ser aluno, e que hoje está ao nosso lado aqui nos orientando.

Quero dizer a todos os presentes que não vim aqui para fazer um discurso jurídico, até porque se o mestre já falou, quem sou eu para falar. Devemos todos, todos que temos noção de direito concordamos com o professor Dalmo Dallari, e não tenho dúvida algum de que essa emenda é inconstitucional, de que essa emenda é imprópria, e de que essa emenda é um absurdo.

Agora, o maior absurdo é querer revogar a natureza. Se alguém propuser uma emenda, vamos revogar a lei da gravidade, é possível? Claro que não. Vamos dar inteligência a alguns parlamentares? Claro que não vai ser possível. Então, certas emendas não são possíveis.

Agora, uma criança, um adolescente, ele termina de crescer, no mínimo, aos 18 anos. Cresce até os 20. Não adianta você querer fazer com que a natureza funcione antes, porque não vai funcionar. (Palmas.)

Certamente deve existir um Deus aí, e tenho certeza que existe, eu acredito, e não tenho a menor dúvida que o acaso deve ser guiado por alguém lá em cima, porque propuseram essa emenda e Deus deve ter colocado, vamos ver a hora que ela cai, caiu na hora do 171, do estelionato. (Risos.) Claro, porque evidentemente essas questões não são por acaso, por acaso existe alguém lá que está guiando, e querem aplicar um estelionato.

E a sociedade, mais uma vez, se predispõe a ser vítima, porque no estelionato é assim que funciona. Alguém propõe uma vantagem indevida para outra pessoa e a outra pessoa acha que vai levar uma vantagem, e aí cai no estelionato e vira vítima.

E, mais uma vez, querem locupletar a sociedade praticando estelionato, criando mais uma vítima. Olha, a criminalidade está violenta, o crime está aí. Alguém tem alguma dúvida disso? Claro que não. Basta ir à periferia, onde o crime grassa, porque as pessoas enfocam aqui nos Jardins e falam: Olha, aconteceu um crime grave. Mas na periferia acontece muito.

Eu fui promotor do júri aqui em São Paulo 11 anos e pegava a região norte de São Paulo, Parada de Taipas, Vila Brasilândia. Você chegava no final de semana, quantos crimes tinha, quantos crimes de morte tinha? Barbaridade. E ninguém está olhando e não acontece nada.

E aí vêm aquelas pessoas e falam: Olha, não pode algemar a pessoa. E eu assistia ao “Aqui Agora” e o coitado lá era pego, tomava uns tabefes, jogavam a algema e colocavam no chiqueirinho. E quando prendiam alguém importante cometendo um crime, não pode algemar, onde já se viu, a imagem da pessoa. Olha, chega de hipocrisia. (Palmas.)

Essa medida que estão querendo tomar é uma medida hipócrita. Não vai solucionar coisa nenhuma. Colocar adolescente na cadeia não vai resolver o problema. Eu quero saber se quem está propondo essa medida vai contratar para dirigir o seu automóvel, para ser seu motorista, um menino com 16 anos, porque vai poder dirigir.

Eu quero saber se vai colocar, para ser seu oficial de gabinete, um menino de 16 anos, porque vai poder trabalhar. Não vai colocar, porque não dá conta. Não dá conta porque não está formado. Se não está formado, não pode estar na cadeia, tem de estar na escola.

Lugar de criança e adolescente é na escola. E decência é fazer o seguinte, obrigar o governo a dar escola integral para quem tem até 18 anos. Tem de estar na escola o dia inteiro. (Palmas.)

Isso é falar sério. Falar sério é gastar em educação. Falar sério é dizer o seguinte. Eu adoro andar de bicicleta, ando de bicicleta sempre, agora, vai fazer faixa de bicicleta depois que tiver escola para todo mundo. Vai fazer tal coisa depois que tiver escola para todo mundo. Tem de ter prioridade. Tem de ter decência. Esse é o caminho da boa educação. (Palmas.)

Nós estamos aqui para cobrar seriedade e seriedade é um basta à hipocrisia, um basta à demagogia e é, sobretudo, aplicar em educação. Porque um país, para evoluir, tem de ser um país educado. Os exemplos estão aí. Você pega a Coreia, que em 1950 era muito pior que o Brasil e hoje é uma potência mundial. Todo mundo quer ter um carro coreano agora, porque o carro bom é o carro coreano. A Coreia, há 50 anos, não tinha nem indústria automobilística direito.

Agora, você aqui, o que você está? Está querendo andar para trás, quer voltar ao tempo do império. Na época do primeiro reinado e segundo reinado, a imputabilidade penal começava aos 14 anos, e tinha escravidão. Ou seja, você está querendo voltar para trás.

Não adianta. Nós temos de andar para frente. Na vida se anda para frente. Para se andar para frente tem de ter educação. Para andar para frente tem de dar condição, tem de dar instrução, tem de dar boas maneiras, tem de dar escola, e tem de dar condição para que as famílias trabalhem e possam educar seus filhos, porque o filho tem de ficar o dia inteiro na escola para não ficar à tarde de bobeira na mão do traficante. Esse é o futuro do país.

Agora, querer dizer que na bala, querer dizer que pena de morte, que baixar a imputabilidade, todas essas bobagens vão resolver o problema, é querer enganar a população e querer fazer proselitismo barato e sem condição.

Por isso, a posição da Associação Paulista do Ministério Público, e me perdoem se eu não falei no diálogo do *data venia*, mas eu vim aqui para falar no diálogo que eu sei entender, porque nós temos de falar a linguagem clara e objetiva. Chega de enganar, chega de estelionato, chega de PEC nº 171. Nós queremos ação e queremos educação.

E é por isso que quero parabenizar a todos, e parabenizar, sobretudo, o deputado Carlos Bezerra, e agradecer, em nome dele, em nome da Patrícia Bezerra, que estava aqui há pouco, essa oportunidade maravilhosa de poder falar à sociedade e defender o correto. Ninguém aqui vai revogar, por decreto, por emenda, por que quer que seja, fazer uma pessoa virar adulta aos 16 anos, porque a natureza não fez isso.

Então, como nós sabemos que uma vaca não cai do céu, como nós sabemos que o mundo é redondo, como nós sabemos que a lei da gravidade existe, nós queremos que uma criança, que uma pessoa, atinja a sua faixa etária, vire adulto aos 18 anos, como a natureza planejou. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Agradeço ao Dr. Felipe Locke pela brilhante contribuição.

E passo, imediatamente, a palavra, para a sua manifestação, ao Dr. Jayme Martins de Oliveira Neto, presidente da Apamagis, Associação Paulista de Magistrados.

**O SR. JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO** – Obrigado, Sr. Presidente.

Minhas palavras iniciais são de agradecimento, também, pelo convite, pela iniciativa. Uma saudação àqueles que me antecederam na fala, brilhantes oradores.

Eu tenho tido o azar, sistemático, azar de falar sempre depois do Felipe Locke, em várias outras oportunidades, e fico, evidentemente, numa situação muito difícil.

Queria destacar também o trabalho da Dra. Berenice. Eu sou um admirador do trabalho dela, da pessoa dela, do esforço que ela faz há muitos anos junto à Fundação Casa.

Já tive a oportunidade de estar com ela em outros debates também, e sempre a vejo com algumas dificuldades, imaginei que fosse só naquele ambiente, mas vejo que não. Por isso que gostaria de fazer esse destaque.

Falar depois do Felipe, como eu disse, depois do professor Dalmo, que também estive com ele ano passado, no Congresso Nacional sobre a questão da TV Justiça, quando estávamos numa audiência pública lá também, convocada pelo deputado Vicente Cândido, é sempre uma honra, porque também, não fui aluno, mas estudei nos livros dele, e é um inspirador, um nome que realmente é uma referência no direito.

Os dados a respeito do tema todos os senhores têm, e estão ouvindo bastante. Lógico que aqui, pelo que pude perceber, todos têm sua convicção bastante formada, portanto não há o que se repetir a respeito de dados. A própria Fundação Abrinq já

trouxe muitos, a Dra. Berenice trouxe outros tantos, eu mesmo fui fazer umas consultas no site da Fundação Casa para buscar uns números. Mas acho desnecessário trazê-los, porque os senhores já os têm, e todo mundo aqui sabe exatamente que essa medida não vai trazer nenhum benefício, não vai melhorar. Então, isso parece que é pacífico.

O que me chama a atenção, e a sugestão que faço, na verdade, é a seguinte. Com todo o respeito à tese da inconstitucionalidade defendida pelo professor Dalmo, eu entendo que dificilmente essa tese vingue no Supremo. Doutrinadores também discordam, e cito Miguel Reale, que foi até citado no parecer da comissão, o próprio ministro Barroso, ou seja, é uma tese que tem defensores ardorosos de um lado, mas tem também críticos de outro, e pelo que eu posso olhar para o Supremo hoje, acho que se passar, quando for impugnada, no Supremo não resiste, a tese não resiste.

Então, resta mesmo o trabalho, e essa é a sugestão que eu faço, resta mesmo o trabalho de convencimento. E eu estava dizendo, eu, até por força da profissão, costumo ouvir e respeita muito os argumentos contrários, porque são com eles que eu aprendo, às vezes, e consigo contra-argumentar.

Então, pela própria natureza, minha, e pela minha profissão, eu não sou tão, assim, tão ardoroso nas convicções, não nas convicções, mas nas exposições e nas críticas àqueles que divergem dos meus pontos de vista. Eu, pessoalmente, sou contrário à aprovação por todos os fatos que os senhores já sabem.

Não falo, neste momento, em nome da Associação, por uma razão. Nós, na Associação, estamos num processo de pesquisa, não só sobre este tema, mas sobre vários outros, e quando tiver o resultado eu encaminho, tanto para cá como para o Congresso, porque nós estamos fazendo um trabalho de pesquisa grande, com uma parceria com um professor da Unicamp, e esse tema, que não dá só para fazer uma enquete, porque na nossa visão não é só uma questão de você dizer sim ou não, você precisa fazer alguns questionamentos mais.

Então nós estamos fazendo um trabalho de pesquisa junto à magistratura do Estado de São Paulo para que ela se posicione com relação a este tema, e a outros, que são importantes para a sociedade, até para orientar a função da diretoria que estará aqui, hoje sou eu, mas que amanhã serão outros, no comando da Associação.

Então, a posição que eu trago é uma posição pessoal e não uma posição institucional, que é essa que os senhores já conhecem, com os argumentos todos que já foram apresentados.

O que a gente sabe é que, historicamente, nós já vivenciamos, no mundo, desde as penas corporais, o direito começou com pena corporal, e nós tivemos na Inglaterra, nos Estados Unidos, tivemos penas de execução para menores, e o mundo foi progredindo.

Então, eu entendo que nós chegamos num momento, nós estamos vivenciando, sim, alguma crise, essa crise não pode ser escondida, foi trazida aqui por vários expositores, nós temos crise na educação, nós temos uma crise social.

O que nós precisamos é questionar se isso resolve a crise. Parece que, para este público e para nós, isso não resolve a crise. Mas, em não resolvendo a crise, nós temos de oferecer alternativas.

Parabenizo, mais uma vez, a Dra. Berenice, porque pelo menos ela trouxe aqui uma alternativa. Ela está fazendo sugestões. Não sabemos se são as melhores, mas até agora são as únicas que eu vi. Porque só se posicionar de uma maneira contrária, mas também não querer ver a realidade e não querer buscar uma melhoria para essa realidade, isso nos coloca numa posição desfavorável.

Então, eu digo que o debate vai se travar no Congresso Nacional. Nós temos os melhores argumentos. Tenho certeza que eles estão conosco, no que diz respeito a argumentos necessários para que esse projeto não prospere. Pessoalmente eu tenho essa convicção.

Portanto, não preciso agredir meus adversários, porque cairão, as teses que eles defendem cairão. Essas teses caem nos números. Os números mostram o contrário. Isso me basta para contra-argumentar. Não preciso atacá-los pessoalmente.

Mas preciso enfrentar uma outra questão, que já foi colocada por alguns. Nós temos problemas sociais graves, que levam à delinquência, e depois temos problemas sociais graves com aqueles que estão na delinquência. E é isso que precisa ser enfrentado.

Então, propostas como essas, que foram trazidas pela Dra. Berenice, e que, com certeza, serão oferecidas por outras pessoas, e é isso que quero questionar também na minha própria instituição, muito bem, somos favoráveis ou somos contrários, mas como é que nós vamos enfrentar a realidade? A realidade está aí, batendo na porta, seja na criminalidade adulta, seja na criminalidade infantil, e nós temos de tomar medidas com relação a isso, e procurar soluções.

Soluções que sejam também compatíveis com a realidade do estado brasileiro. Não adianta sonhar e defender soluções que o estado não tem condição, e nós, quando

falo estado, somos nós, porque o estado é além dessa pessoa que nós chamamos de Estado, governado pelo governador, que inclui o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, mas a sociedade civil, as instituições, as igrejas. Essa é a nossa participação.

Então, nós temos de encontrar uma saída que seja nossa. A gente olha para o direito comparado, eu fiz pesquisa, fui olhar como foi nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Europa, tudo isso é muito bom para dar um panorama, mas o Brasil tem de encontrar o seu próprio caminho, porque são os brasileiros que estão em jogo, são os adolescentes brasileiros que estão em jogo.

Então, o que estou pedindo é que, a despeito de se posicionar de tal ou qual maneira, não neguemos uma realidade que nos bate à porta. Eu estava olhando até o orçamento que foi, da Fundação Casa de 2000 e não sei quanto para cá, e fui observando o quanto o Estado está investindo, e chegou em 2002 a R\$500 mil, agora já está para cima de R\$1 milhão, R\$1 bilhão, alguma coisa assim.

Então, nós estamos num crescimento, está chegando em R\$2 bilhões, nós estamos num crescimento, e alguma coisa, então, está errada. Nós estamos nos questionando no Judiciário também. Quer dizer, não basta só jogar o recurso e ir fazendo as coisas crescerem, só construir, por exemplo, unidades. Alguma coisa está falhando no nosso processo, e é essa falha que nós precisamos identificar, porque a falha pode começar dentro de casa, no trabalho, nas relações sociais, nos conceitos de amizade, de família, de fraternidade. Tem alguma coisa falhando. E isso, talvez, nem custe tanto dinheiro, tanto investimento.

Então, eu só peço que, a despeito de defendermos isso porque acho que temos os melhores argumentos, acho que podemos convencer os parlamentares lá em Brasília com tais argumentos, porque um parlamentar bem esclarecido, um parlamentar que, lógico, tem aqueles que aquilo se tornou uma bandeira política, mas nós precisamos da maioria, e eu confio na maioria consciente. Eu confio. Eu sei que elas vencem, como têm vencido sempre.

Então, nós vamos, acredito que o caminho, por isso fiz essa referência à questão da inconstitucionalidade, porque eu acho que se deixarmos que, se ficar só na questão de eventual inconstitucionalidade, eu acho que é muito discutível. O tema, portanto, é político, institucional, de posições políticas da sociedade, que devem levar a isso aos parlamentares. A bancada, nós temos 70 deputados por São Paulo, esses deputados paulistas devem ser procurados, de maneira organizada, convencidos de que estão equivocados, aqueles que querem a aprovação.

Mas, nós precisamos levar a esses parlamentares, também, propostas e alternativas para essa realidade difícil, que tende a piorar se nós não fizermos nada por isso.

Então, é só esse o recado que eu gostaria de passar, e dizer que vocês estão de parabéns, todos, até porque, sexta-feira, véspera de um feriado, e vocês estão aqui preocupados com as questões nacionais, especialmente com essa, da infância e juventude. Parabéns a vocês todos. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Obrigado, Dr. Jayme.**

Na verdade, só a título de organização do nosso debate, são 16h10, e nós temos ainda pelo menos mais seis entidades aqui representadas nesta audiência e um vereador a se manifestar.

Eu gostaria, aqui dialogando com vocês, e nós teríamos manifestações daqueles que quiserem se colocar, e eu gostaria, aqui com vocês, realmente a título de organização, de estabelecer um horário limite para o encerramento dos nossos debates. Gostaria de propor 17h, como limite do horário de encerramento da nossa audiência pública, que não deve se esgotar aqui.

Como disse o presidente, nós estamos trabalhando, eu devo assumir a Comissão de Direitos Humanos. Até o final do último mandato eu fui vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui na Casa, devo assumir a presidência da comissão, e esse é um debate que nós voltaremos a trazer à comissão. Ou seja, também não adianta a gente imaginar que nós vamos esgotar o debate aqui nesta tarde. Sei que ninguém nem imagina isso.

Mas, enfim, este é um primeiro passo, e que a gente precisa fazê-lo de maneira organizada para oferecermos propostas concretas e também para a gente não se dispersar, quer dizer, para a gente, vencidos pelo cansaço, nós corremos o risco de nos dispersarmos.

O que vocês acham de a gente avançar dessa forma? (Pausa.) Essa é uma proposta e vamos tentar nos organizar, senão a gente vai perder mais tempo na proposta do que na própria audiência.

(Manifestação fora do microfone.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Isso. É exatamente nessa linha a minha manifestação.

Então, nós vamos fazer o seguinte. Nós aqui, nós concordamos que 17h é o tempo limite para a gente encerrar esta audiência pública, tudo bem? Os que concordam levantem a mão. (Pausa.) Ótimo.

A gente, esgotando hoje, a gente não esgota o assunto. A gente prossegue, talvez na próxima semana ou na outra. Mas, só queria, gente, pedir a vocês, então, entendo, deliberado dessa forma, até porque as autoridades que aqui estão também têm outras agendas, têm uma série de outras coisas, e eu gostaria de agradecer inclusive a presença das autoridades durante todo este debate, ao longo de todo este debate, todo mundo tem agendas intensas, hoje é um dia complexo, difícil, mas está todo mundo aqui.

Então, faço um apelo aos próximos, àqueles que usarão a palavra a partir deste momento, que a gente restringisse as falas, que elas fossem objetivas e na direção, efetivamente, de um posicionamento.

O ideal seria em torno de três minutos, com o tempo de tolerância máxima chegando a cinco minutos. Se a gente concordar assim, nós vamos organizar e vamos avançar mais.

Vocês que têm de falar a partir de agora, me perdoem, essa foi uma dinâmica que acabou sendo proposta em virtude da série de variáveis que envolvem até o espaço físico desta audiência.

Eu gostaria, então, neste momento, aliás, eu gostaria também de convidar, não sei se ele permanece aqui, o Itamar, da *Childhood*. Saiu.

Eu gostaria, neste momento, de passar a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Brechani, promotor de justiça no Centro de Apoio Operacional Cível da Infância, Juventude e Idoso, que, neste ato, representa o procurador geral do Ministério Público do Estado de São Paulo Dr. Márcio Elias Rosa. Tem, V. Exa., a palavra.

**O SR. CARLOS EDUARDO BRECHANI** – Boa tarde a todos. Cumprimento o deputado Carlos Bezerra pela iniciativa. Na verdade, nós do Ministério Público há muito tempo vemos sentindo que, independente dos argumentos que são apresentados, vários deles carecem de razão, carecem de uma fundamentação lógica. E, estendendo, agradeço a iniciativa e a lembrança.

Queria estender minha saudação para o professor Dalmo, que faz parte da formação jurídica nacional, não só minha, de todos os juristas aqui presentes, enfim, e estendo o cumprimento aos demais membros da Mesa.

Um primeiro aspecto que eu queria destacar, procurando abreviar um pouco a manifestação, é que, no contexto dessa falta de argumentos sólidos sobre a discussão da redução da maioria penal, em nenhum momento foi apresentado um diagnóstico nacional seguro sobre quais são, realmente, as causas dos crimes e das infrações.

Simplesmente se lança a conclusão de que os adolescentes são responsáveis por isso e não há um estudo detalhado. Parece-me, muitas vezes, que as leis são elaboradas com base no ideal, não com base no real, e esse ideal é esquecido. Simplesmente procura-se apagar a ineficiência na execução de política pública, e essa é a chave de toda a discussão, quais são as políticas públicas que são desenvolvidas para a infância, e depois de 25 anos...

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Desculpe, vou interromper.

Nós temos um orador se manifestando e gostaria de pedir a colaboração de todos no sentido de a gente poder ter um melhor ambiente possível para que ele pudesse fazer sua manifestação democrática.

**O SR. CARLOS EDUARDO BRECHANI** – E depois de 25 anos o dispositivo do ECA que exige um atendimento individualizado, planejado, multidisciplinar e articulado pelas três esferas de poder, pela sociedade, pelo Estado, pela família, enfim, e além disso uma série de preceitos para garantir os direitos mínimos fundamentais da infância e juventude, nada disso é implantado, a atuação é amadora, pela falta de disponibilização de recursos, e no final das contas, em vez de assumir essa ineficiência, simplesmente vamos elaborar uma outra lei para esquecer tudo isso e provar que nós não temos condições de fazer isso.

Eu queria, procurando abreviar bem mesmo o meu discurso, a Dra. Berenice e o doutor, a Dra. Berenice, principalmente, tocou bastante nesse assunto com relação à responsabilidade dos adolescentes pelo número de infrações.

Deputado, posso emprestar por um minuto a sua assessoria?

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Claro.

**O SR. CARLOS EDUARDO BRECHANI** – Gustavo, aquele primeiro tópico, os dados estatísticos do DEIJ.

Nós temos no Ministério Público um departamento, que é o Departamento de Execução de Infância e Juventude, o primeiro, acumulado, atos infracionais, de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014 foi feito um quadro sobre a natureza dos atos infracionais praticados. No final da página nós temos um total de 1.936 adolescentes que passaram, com execução de medida socioeducativa e de atos, veja, de agosto a dezembro, nós já temos hoje, pelo trabalho dos colegas do DEIJ, esse mapeamento até março, esse é um extrato, nós temos informações muito mais detalhadas, e o número de adolescentes que praticaram homicídio simples é de 0,4% dos atos infracionais, o qualificado 0,4% e o latrocínio de 1,4%. Ou seja, os adolescentes não são responsáveis pela maior parte dos atos infracionais graves que foram praticados.

E aqui aproveito essa tabela para mostrar como essa discussão é apaixonada e é completamente dissociada da realidade. A pergunta é, desses 1.936 adolescentes, se 50% desses adolescentes forem para o sistema penitenciário, onde vamos colocar esses adolescentes? Alguma política está sendo feita, em termos de sistema penitenciário?

Porque vejam, se na infância, que nós temos prioridade absoluta, proteção integral, essas políticas não são desenvolvidas, nós vamos nos iludir imaginando que essas políticas vão ser efetivadas no sistema penitenciário?

Um outro aspecto que também queria destacar, e já fujo um pouco da parte jurídica, porque com o Dr. Dalmo falando, de fato, ficamos numa situação difícil depois, de fazer uma exposição técnica, como o Dr. Jayme bem colocou, e o senhor reclamava de ter falado depois do Dr. Felipe Locke, eu estou falando depois ainda do senhor, enfim, mas a outra pergunta que faço é, um dos argumentos também utilizados é o de que há impunidade. Não há impunidade. A responsabilização do adolescente no Brasil é a partir do 12 anos de idade.

E muito se argumenta no sentido de que eles não vão mais praticar infrações penais se eles tiverem consciência de que vão ser responsabilizados. A questão fundamental é que não há vácuo legislativo. Nós hoje temos um sistema de aplicação de medidas socioeducativas que muitas vezes podem levar o adolescente a ficar num regime de internação, num regime fechado, por tempo muito superior ao que o adulto.

E aqui eu apresento outro quadro. Nós sabemos que na aplicação de uma pena o réu tem direito à progressão da pena com um sexto da pena, e se for um crime hediondo com dois quintos da pena. Fazendo uma comparação sobre alguns atos infracionais,

considerando que o adulto com um sexto sai do regime fechado, para um adolescente que fica seis meses na Fundação Casa, o adulto precisa ter uma pena mínima de três anos, em caso de crime comum, e de um ano e três meses em caso de crime hediondo.

Seguindo no argumento, um adolescente que fica três anos, que é o prazo máximo de internação, um adulto, num crime comum, precisa pegar 18 anos de prisão. Um júri, duplamente qualificado, se você for seguir a política da pena que tem sido adotada pela maioria do sistema jurídico nacional, nós teremos uma pena de 14 ou 16 anos, talvez.

Ou seja, num homicídio qualificado, o adolescente vai ficar, talvez, mais tempo internado do que o adulto ficaria, e no caso de um crime hediondo, seriam sete anos e seis meses. Então, essa é outra falácia que existe.

Eu não vou me estender mais, vou procurar abreviar, conforme ficou combinado, e só queria dizer que a vida inteira eu tive o ECA como uma lei perfeita, uma lei próxima da perfeição. É uma lei muito boa, especialmente pela característica da individualização do adolescente.

Quando o adolescente entra na Fundação Casa ele é acompanhado por uma equipe de assistente social, de psicólogo, de pedagogo, de segurança, de saúde, enfim. A gente quer identificar no adolescente qual foi a razão que levou o adolescente a praticar o ato infracional, e procurar cumprir o projeto de vida dele para que ele não mais se envolva em atos infracionais.

Esse é o sistema, da infância e juventude, o sistema previsto no ECA, que a gente tem de traduzir para o sistema penitenciário e não o contrário, e não trazer o sistema penitenciário para a realidade do adolescente, que é o que está acontecendo. (Palmas.)

E, repito, tudo isso porque, infelizmente, nós não conseguimos, em termos de Estado, executar as políticas públicas necessárias, então vamos simplesmente deixar de lado e adotar uma lei que vai passar por cima dessas políticas dizendo que o adolescente tem de ser punido.

Obrigado a todos, obrigado ao público, obrigado pela oportunidade e agradeço mais uma vez. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Obrigado, Dr. Brechani.**

Eu gostaria, neste momento, de passar a palavra ao vereador Ari Friedenbach, pai da menina Liana Friedenbach, que viveu uma tragédia de dimensões nacionais, e

que talvez saiba, como muito poucos de nós, saiba medir o impacto dessa tragédia na vida pessoal, familiar, enfim.

Eu gostaria que V. Exa. se manifestasse e pudesse expor sua posição.

**O SR. ARI FRIEDENBACH** – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o deputado Carlos Bezerra pela importantíssima iniciativa deste debate, que é acalorado, que mobiliza nesse momento toda a sociedade. Acho que é importante a gente ouvir com tranquilidade todas as opiniões para a gente tentar construir algo mais próximo do ideal, se possível.

Não fui aluno do Dr. Dallari, mas, obviamente, estudei com seus livros, e fiquei muito feliz de poder ouvi-lo aqui a respeito da questão da inconstitucionalidade, da qual eu compartilho. Há correntes divergentes, mas eu absolutamente concordo com o senhor.

Eu tenho já esse crime que aconteceu na minha família, para quem não lembra, o Champinha assassinou a Liana, vai fazer 12 anos que aconteceu isso, e logo de início eu me posicionei favorável à redução da maioria penal, até por conta do calor da tragédia. E logo depois disso comecei a me aprofundar, porque era um tema que eu absolutamente desconhecia, e iniciei a defesa da redução da maioria penal pela mesma, da mesma forma, com a mesma profundidade que a nossa imprensa defende essa ideia, ou seja, usando uma expressão popular, tão raso como um pires. Eu acho que a gente precisa pensar caminhos e soluções.

Por outro lado, acho que a gente precisa ter esses parâmetros quando a gente fala que o jovem, e de fato acontece, muitas vezes é penalizado com mais intensidade do que um maior de idade, às vezes não é porque o jovem está sendo penalizado demais, às vezes a gente tem um adulto penalizado de menos. A gente tem um sistema, na nossa legislação, que muitas, com todos esses benefícios, as saídas temporárias, essas coisas todas das quais eu discordo. Acho que a gente precisa ter uma calibragem melhor das penas.

Muitas vezes os adultos cometem atrocidades e estão pagando, pagando o que chamo é cumprindo penas muito brandas. Assim como acontece dos jovens ficarem por desproporcional prazo internados.

Procurando ser bastante objetivo, a ideia que eu construí ao longo dos últimos 11 anos é não a redução da maioria penal, porque, além de todas as questões, posturas aqui, que já foram defendidas, eu entendo que a gente vai deslocar esse drama, o jovem

que é cooptado com 16, 17 anos, vão começar a cooptar jovens de 14 e 15 anos para cometer os mesmos crimes, ou assumir os crimes, como a gente vem assistindo.

No entanto, a gente não pode negar que, é uma realidade, a gente tem jovens de 14, de 15 anos, envolvidos em crimes extremamente graves, sequestros, homicídios, latrocínios, e quando a gente fala de redução da maioridade penal a gente vai colocar um jovem que cometa um pequeno, hoje, ato infracional eventualmente numa cadeia, que a gente sabe que não está recuperando ninguém, muito pelo contrário, ou seja, tirando qualquer possibilidade de ressocialização desse jovem, e que hoje é feito, e digo isso com tranquilidade porque conheço, um trabalho excelente da Fundação Casa no que diz respeito à ressocialização dos jovens. A gente tem uma reincidência de algo em torno de 20% na Fundação Casa, de jovens que voltam a cometer crimes, ao contrário do sistema prisional, dos adultos, que é algo em torno de 70%.

Então, a ideia que eu construí, defendo e acho que é uma ideia muito boa, é não a redução da maioridade penal, mas sim a responsabilização dos jovens que cometem esses cinco tipos de crimes, homicídio, latrocínio, sequestro e estupro. Para esses casos, e somente para esses casos, eu defendo que eles respondam dentro do código penal, dentro da mesma maneira que respondem os maiores de idade, mas, obviamente, não colocando eles num presídio comum, e sim em unidades da Fundação Casa.

Mas são crimes de extrema gravidade, e que eu defendo, com muita força, que eles, sim, respondam por esses crimes e somente para esses crimes. Nos demais casos eu defendo que a gente continue agindo como vem agindo, porque tem tido um trabalho com grande sucesso na Fundação Casa no atendimento a esses casos de jovens que cometem deslizes na vida, que cometem os chamados atos infracionais.

Agora, acho muito importante a gente não ter medo tbde ser politicamente incorreto, de separar um jovem que comete um ato infracional de um jovem que comete um verdadeiro crime. E crimes trazem danos, não só para a pessoa que morre, mas para toda a família.

Sem querer sensibilizar, mas sensibilizando vocês, a morte da Liana levou, em três meses, à morte do meu pai, em um ano à morte da minha sogra, uma amiga da Liana se suicidou, e é uma situação dramática.

E não é porque é dramática a situação que eu hoje, e nunca defendi pena de morte, nunca defendi que a gente mantenha as pessoas em masmorras, como são os nossos presídios. Eu defendo que os presos sejam tratados com toda a dignidade, porque

eles vão sair dos presídios e vão voltar para a sociedade e vão devolver para essa sociedade o que eles receberam.

Agora, quando esses casos de extrema gravidade acontecem, eu defendo que eles sejam tratados com extremo rigor, porque o objetivo da pena é ressocializar e também punir, e há casos que temos de punir, não há como fugir disso.

Não podemos aceitar a redução da maioridade penal em hipótese nenhuma. Acho que vai ser uma calamidade para a nossa sociedade, mas peço que vocês pensem nessa proposta, que é muito séria e acho que vai agir na parte mais grave do problema, sem acabar com qualquer possibilidade da nossa juventude ter um futuro um pouco melhor.

Acho que fui, talvez, conciso demais, mas deu para vocês entenderem a minha ideia. Quero agradecer mesmo a oportunidade de estar aqui falando aqui com vocês. Acho importante a gente pensar, não precisam concordar, mas acho importante a gente ouvir e aprender um pouquinho com cada ideia aqui de todos os presentes nesta sala. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, vereador Ari Friedenbach.

E gostaria de registrar a V. Exa. a minha total solidariedade, aliás, a minha solidariedade pessoal e que se estende à sua família, e os meus respeitos. Eu gostaria também de agradecê-lo por aceitar o nosso convite em estar nesta audiência e assumir uma posição importante como a que V. Exa. se posiciona nesta sessão.

**O SR. ARI FRIEDENBACH** – Só queria pedir mil desculpas a vocês, mas vou ter de ir embora, até por isso pedi para atropelar a fila, porque tenho outro compromisso. Não é que eu só queria falar e fugir daqui, mas realmente eu preciso me ausentar. Me desculpem.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, vereador.

Gostaria de passar a palavra, sem mais delongas, ao Dr. Rafael Português, primeiro subdefensor geral da Defensoria Pública do Estado, representando, neste ato, o defensor geral do Estado de São Paulo.

**O SR. RAFAEL PORTUGUÊS** – Obrigado, deputado, obrigado a todos.

Saudar, primeiro, a iniciativa do deputado, que tem sido uma referência nos direitos humanos, na luta mesmo pela Defensoria Pública, sempre comprometido com a causa, e lembrando que hoje não é uma causa popular, mas é uma causa importante para o país e essa coragem é importante na Assembleia Legislativa, como também esperamos no Congresso Nacional.

Saudar o professor Dalmo Dallari, que é um dos fundadores da Defensoria Pública, um dos artífices e um daqueles que lutou pela implementação da Defensoria Pública.

Eu saudar a presidente da Fundação Casa, Berenice, que é uma das colaboradoras mais íntimas da Defensoria Pública, tem sido muito solidária, construindo em colaboração, pensando junto com a Defensoria Pública, com o nosso núcleo da infância e adolescência, também soluções positivas para essa temática.

Saudar a coordenadora do núcleo da infância da Defensoria Pública, Dra. Mara, que está aqui presente também, que também é uma das maiores lutadoras no tema junto com a sua coordenadora auxiliar Bruna Rigo.

E, também sendo muito direto, e aqui sendo objetivo, como pediu o deputado, para expor a posição da instituição. Recentemente a Constituição teve uma alteração para incumbir à Defensoria Pública a proteção e promoção dos direitos humanos.

Então, quando diz proteção, é garantir que esses direitos sejam efetivados, e promoção é não aceitar apenas o quadro atual de direitos humanos garantidos, mas lutar pela ampliação desses direitos.

Dessa forma, me parece muito claro, muito objetivo, que a instituição tem de se posicionar contra essa medida, e tem de se posicionar justamente pelos números apresentados, tanto pelo Ministério Público quanto pela Fundação Casa, que são operadores do sistema, junto com a Defensoria Pública, e que percebem, na realidade, o que, de fato, acontece.

O que a Defensoria Pública tem, e a Defensoria Pública hoje, em todas as suas unidades, tem defensores especializados em infância, é que a sua maior atuação não é na defesa do adolescente que comete latrocínio, ou do adolescente que comete homicídio. A maior atuação da Defensoria Pública na infância é pela garantia e a luta por escola, creche, luta para que a criança possa ficar ao lado do pai.

Se vocês forem ver, o maior número, desproporcionalmente maior, de ações avariadas pela Defensoria Pública tem o intuito de garantir ao adolescente o seu direito às necessidades básicas, à saúde e educação.

Como todos frisaram aqui, são essas as reais situações que levam o adolescente a estar numa situação de abandono, ou de estar sujeito ao crime organizado.

De fato, e como todos colocaram, e endossando a posição jurídica exposta pelo professor, nós somos totalmente contrários, não aceitamos retrocesso em relação aos direitos e garantias individuais. Esse é o papel constitucional da Defensoria Pública, e novamente louvamos a ação do parlamentar, do deputado Carlos Bezerra, em garantir e dar espaço para essa luta.

Acho que precisamos nos mobilizar, estaremos juntos na mobilização, todas as defensorias públicas do país são firmes nisso, o nosso núcleo já soltou uma nota técnica em relação ao tema, e acho que temos toda a condição, condição real, de convencer e debater firmemente no Congresso Nacional. Obrigado pelo espaço e espero que a gente consiga a vitória finalmente. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, Rafael. Obrigado pela fala e pela precisão no tempo.

Eu gostaria de, imediatamente, passar a palavra...

(Manifestação fora do microfone.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Veja, eu acho que é o seguinte. Nós já tomamos uma decisão, colegiada, democrática, que foi votada. Respeitosa e democrática. Assim foi decidido pela maioria.

Gostaria de insistir. Qual o seu nome? Rapper Pirata, eu gostaria de insistir no seguinte, na minha argumentação.

Primeiro, esta audiência não se esgota aqui. Segundo, aqueles que não conseguirem, nós precisávamos de um primeiro esforço para que todas as entidades aqui representadas pudessem se manifestar. Aqueles que não conseguirem fazer sua manifestação da maneira como a qual acham que poderiam fazer, a contribuição não se esgota aqui.

Nós receberemos todas as contribuições por escrito, e acrescentaremos todas essas contribuições ao documento a ser enviado ao Congresso Nacional. Ou seja, democraticamente, o direito de todos os que aqui estão está garantido. Agora, a questão é que nós temos um problema objetivo, de espaço físico e de espaço de tempo. Eu gostaria muito de permanecer aqui até às dez horas da noite.

(Manifestação fora do microfone.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Eu sei disso, mas são situações. Você deve estar acostumado a participar de audiências públicas, essas coisas normalmente, esses imprevistos acontecem. Vamos em frente.

Eu gostaria de, neste momento, passar a palavra ao presidente da comissão de direitos humanos da OAB São Paulo, o advogado internacionalista Dr. Martim de Almeida Sampaio.

**O SR. MARTIM DE ALMEIDA SAMPAIO** – Em primeiro lugar, deputado Carlos Bezerra, agradecer por poder participar aqui. Vossa excelência me deu um prazer e essa possibilidade de estar colocando. E também uma pequena observação, porque quem fica por último, para falar quase por último, já vai repetir o que foi dito aqui, e vou tentar ser um pouco mais criativo para entreter a nossa audiência.

E vou lembrar a vocês o seguinte. A sociedade brasileira, num passado não muito distante, lutou contra a ditadura. Nós lutamos contra a ditadura e construímos, como estamos tentando construir aqui, uma frente política, que unia igreja, unia o Partido Comunista Brasileiro, unia o MDB então, unia uma série de setores da sociedade, para derrubar o quê? Derrubar o arbítrio.

Mas a ditadura não era só um tema político, iminentemente político. Era um tema econômico, porque havia uma concentração de renda muito grande.

E quando nós derrubamos a ditadura, construímos a constituinte de 1988, com todas as críticas que tem quanto ao Colégio Eleitoral, nós acreditávamos firmemente que a situação, por exemplo, dentro dos cárceres, melhoraria, porque a democracia viria e esses males acabariam, pelo tempo, sendo sanados.

Nós acreditávamos firmemente nisso, de forma até ingênua ou romântica. Seja como for, nós falhamos na nossa missão, e abrimos um vácuo institucional que permite hoje medidas como essa, que no meio técnico é conhecida como direito penal midiático, populista, aonde, por exemplo, eu, em função de questões profissionais fui para Angola, logo depois que acabou a guerra de Angola. E quando acabou a guerra de Angola, quando o Savimbi foi morto, aconteceu o fato, ou, foi proclamada a paz. E aí começaram a se instalar empresas brasileiras.

Dialogando com a população, eles são muito amáveis, muito falantes, vários deles queriam saber muitas coisas do Brasil, mas ficavam preocupados porque viam na “Record Internacional”, viam nas TVs brasileiras, a cabo ou a satélite, internacional, notícias sobre crime.

Ou seja, um país que passou pela guerra, uma guerra brutal, que você via pessoas amputadas, e estou falando de uma guerra que já tinha terminado há dois meses, onde existia uma praça no centro de Luanda onde se deixava os fuzis e tudo mais, eles tinham medo de vir para o Brasil por conta da criminalidade.

Ou seja, a mídia tem um destaque muito grande no sentido de vender um verdadeiro terrorismo, onde políticos, parlamentares, exercendo seu mandato, anunciam medidas de solução da crise. Hoje nós estamos anunciando a solução da crise que é a redução da maioria penal.

Lembrando, o Brasil hoje tem 700 mil pessoas encarceradas, a terceira maior população mundial. Só perdemos para quem? Para os Estados Unidos, em primeiro lugar China, por motivos óbvios, dois bilhões de chineses, aí vai ficar difícil. Mas, quero crer que a gente está se esforçando no sentido de chegar ao segundo lugar, já, já.

Isso prova, esse fato prova que o direito penal não resolve a questão da violência. Nunca resolveu. O direito penal é a última solução, é a última medida. Nós precisamos buscar em outro campo a medida, e essa medida já está apontada há muito tempo. A primeira delas é a distribuição de renda. Este país tem uma concentração de renda. (Palmas.)

Não obstante nós termos a sétima maior economia do mundo, nosso IDH está em 76º lugar. Não se concentra renda, se tem riqueza, mas se concentra renda.

E outra coisa que todos disseram aqui, educação. Nós temos uma educação falha. Hoje, o sistema público de ensino, hoje o sistema brasileiro é perverso. E tomemos, por exemplo, aqui em São Paulo. As pessoas mais pobres de São Paulo vão para a escola pública. A escola pública de São Paulo é de péssima qualidade. Quando chega à universidade, o que acontece? Elas vão para a escola privada, as piores escolas. Os filhos da elite estudam onde? Nos melhores colégios, quando vão para a universidade vão para qual? Para a pública. É uma inversão. Esse sistema é perverso. É disfuncional. (Palmas.)

Agora, vocês imaginem o seguinte, nós vivemos neste país a geografia da exclusão. Nós vivemos numa autêntica casta racial. Faça o seguinte, quem ficar aqui no feriado, faça o que eu fiz no feriado da páscoa, eu fui até três shoppings centers, quatro,

desculpem, Iguatemi, JK, Cidade Jardim. Sabe quantas famílias afrodescendentes tinha lá? Nenhuma. Porque quando foram, tentaram ir, fazer o chamado rolezinho, chamaram a Polícia Militar para bater em criança.

Essas crianças, se fizessem com essa maioridade penal, iam tudo para a cadeia. É isso que a gente quer para o nosso futuro? Não é. (Palmas.) Não podemos aceitar a demagogia.

De forma que a ditadura do tempo instalada aqui me obriga a concluir (Risos.) então eu vou dizer o seguinte, duas coisas. Esse debate continua. Amanhã na OAB eu estarei lá debatendo, sábado, aqueles que puderem ir, na Praça da Sé vai ter um debate como este e todos estão convidados. A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo, está absolutamente contra essa medida. Às 10h da manhã, porque a gente quer passear um pouco depois.

Segundo, institucionalmente, nossa entidade se posiciona contra esse projeto. Muito obrigado, deputado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Muito bom, Dr. Martim.

Aliás, agradeço gentilmente o fato de o senhor ter aceitado nosso convite. É uma alegria tê-lo nesta audiência. Muito boa, ótima, excelente contribuição.

Gostaria de passar a palavra ao Wellington Pereira Silva, que é o gerente de relações institucionais da Visão Mundial no Brasil.

**O SR. WELLINGTON PEREIRA SILVA** – Obrigado, Bezerra, e queria cumprimentar o pessoal da Mesa, o pessoal aí.

Como eu sou gago, eu vou pedir 10 minutos, e não cinco, porque meu tempo não vai dar. Estamos falando de direito e justiça. Brincadeira.

Além da Visão Mundial, eu estou como secretário nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é composto por 27 fóruns estaduais da criança, aqui em São Paulo tem, e mais 53 organizações filiadas.

Eu fui do Conansa, fui do primeiro Conselho da Criança e do Adolescente da minha cidade, lá em Minas, mas eu queria falar de outro lugar. O Dr. Dalmo deu a sua contribuição a partir do campo jurídico, e a maioria do pessoal que falou aqui é do campo jurídico, e eu acho que a discussão está nesse tema.

Mas eu sou evangélico, e eu queria falar desse lugar, como evangélico, como negro, como alguém que milita nesse tema há 25 anos. Por que acho interessante a gente abordar sob esse aspecto?

Porque se criou, atualmente, no nosso Brasil, uma ideia de que esse pessoal que está lá, como evangélicos, nos representam. E eles não nos representam. Esse pessoal que fica defendendo a maioria penal, os direitos civis, esse pessoal não nos representa.

Então a gente está, de alguma maneira, fazendo esse contraponto. Eu sou evangélico, mas eu sou contra a redução, e nós estamos ampliando esse debate, buscando outras organizações, outras religiões, para que elas se unam conosco, porque a gente não admite que uma pessoa que defende a vida, que diz que segue Jesus, que veio dar a vida, ele busque levar crianças e adolescentes para a cadeia, para a morte.

Então, isso é uma incoerência e nós estamos lá, eu moro em Brasília, estamos acompanhando a Comissão de Constituição e Justiça, indo na mesa dos deputados evangélicos e dizendo que se você seguir o evangelho você tem de rever essa posição, você tem de ser a favor da vida e não a favor da morte.

Aí, eu queria só pontuar quatro coisas que nos fazem falar a partir desse lugar. Nós defendemos a dignidade de todo ser humano. O direito humano começou na bíblia, começou lá. Essa ideia que nós temos no ocidente, do direito individual, do direito humano, da pessoa como sujeito de direitos, ele é uma herança do cristianismo, especialmente a partir da reforma protestante, onde a ênfase foi que cada ser humano, cada indivíduo, tem o direito e o seu direito é inviolável.

Então, nós lutamos pela dignidade do ser humano. O menino que comete algum crime, que vai para algum lugar, ele não perde a sua dignidade. Ele continua digno. Esse negócio de bandido bom é bandido morto, isso não existe para a gente que defende a vida. As igrejas estão cheias de pessoas que tiveram uma trajetória de algum tipo de desvio, e as igrejas recuperam essas pessoas, ajudam essas pessoas. Por que agora a gente vai defender a morte? Por que a gente vai defender o ódio, defender a punição?

Então, nós queremos fazer uma grande campanha, dizer que se você é cristão, se você é católico, se você é evangélico, você tem de defender a vida e não a morte.

A segunda coisa que nós queremos defender é que a gente tem de dar oportunidade. Muitos desses meninos que vão ser, que são punidos, ou que serão punidos, nós já sabemos que esse menino tem cor, ele é negro, ele mora na periferia das nossas cidades, e ele é pobre.

Então, a pobreza no Brasil tem cor, tem lugar onde ela vive e ela é cometida contra, principalmente, os nossos jovens. Foram mais de 30 mil jovens mortos, principalmente da população negra. Então, a discussão está invertida.

E depois nós temos de crer na capacidade que cada ser humano tem de rever a sua vida. A gente vive numa sociedade de ódio, de vingança. Por isso achei muito boa a presença do Dr. Ari aqui, que é uma pessoa que teve na sua família essa trajetória, porque o que nós queremos dizer não é que a gente, a gente é solidário com essas pessoas que tiveram os seus entes queridos mortos de alguma maneira, a gente é solidário, agora a gente acredita que não é por aí. Se a gente for começar, continuar nessa escalada de vingança, nós não vamos conseguir conviver mais. Se a gente for olhar por olho, todos ficaremos cegos, porque esse caminho, esse paradigma da vingança, da criminalização, não é por aí.

E, por último, que eu queria colocar, é que a gente vive também um ambiente de muita mentira. Eu estou acompanhando a comissão, e você fica abismado com essas pessoas que estão defendendo a redução da idade penal. A maioria são financiados pelas indústrias de segurança. A gente tem notícia de que em Minas Gerais, o presídio de Ribeirão das Neves, esse presídio que está sendo privatizado, ele é, alguns dos parlamentares que estão defendendo a redução, eles são financiados por empresas de segurança pública.

Então, eles estão querendo transformar uma situação super grave no nosso país, que é a questão do adolescente, do jovem que precisa de educação, de cuidado, numa questão para aumentar o número de pessoas presas. É recurso, é dinheiro que está em jogo. Isso também não deixa de ser uma situação que nós temos de denunciar.

Eu fico feliz desta audiência estar sendo feita aqui em São Paulo. Nós sabemos que São Paulo tem a metade da população dos meninos que estão cumprindo medidas socioeducativas, que estão neste estado. E fico também feliz pelo meu amigo Bezerra Jr., que colocou esta audiência, sendo tucano, porque a gente também sabe, é verdade, porque a gente sabe que alguns dos defensores desse tema têm a ver também, a gente lutou lá para a comissão ser constituída, que vai analisar esses fatos, a gente queria que o Zé Barbosa, que é um deputado do PSDB de Minas Gerais, ligado à federação das APAEs, e o presidente indicou o deputado Bruno, porque sabe que ele ia defender, a favor da redução.

Então, a gente tem de tentar colocar essa luta nossa no seu devido lugar, que tem interesses econômicos em jogo. Eles querem aumentar a população carcerária por causa da privatização dos nossos presídios.

Eu queria, então, terminar propondo uma união nossa, a partir do imaginário. Acho que essa luta nós não vamos ganhá-la só com números, as pessoas não estão olhando números. Se fosse olhar número, já estava resolvido. Toda pessoa, por menos esclarecida que seja, sabe que a questão da segurança no Brasil não está posta nesse tema do adolescente autor de ato infracional.

Então, nós temos de buscar outras estratégias para essa luta, porque ela não está no campo racional, ela não está no campo apenas de números, porque as pessoas estão meio que enraivecidas, e há uma atitude de querer punir.

Eu me lembro da história do bode expiatório, que é uma tese defendida por um filósofo francês, onde a sociedade busca colocar a culpa em um determinado elemento, esse elemento sendo o mais fraco da sociedade, para que desvie o olhar do verdadeiro problema. E é isso que está em jogo. Eles estão desviando o olhar para um problema que não é real, para poder continuar fazendo outras questões.

Atrás disso vem a campanha contra o desarmamento, a legalização do uso de armas, que já tem um deputado defendendo lá, a bancada, a frente da segurança pública, e vêm outros assuntos dessa área da segurança. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Antes de passar a palavra para o Emerson Ferreira, do Afroreggae, eu gostaria de, primeiro, que a gente percebe aqui a grande diversidade de representação, não apenas na Mesa, como também nos que participam aqui desta audiência.

Só para que vocês tenham ideia, além de toda a diversidade da Mesa composta, a diversidade de instituições que compõem esta Mesa, nós temos aqui representados com vocês as entidades que a gente já identificou, se alguma não foi identificada, por favor se identifique. O Núcleo de Infância da Defensoria Pública, Fundação Comunidade da Graça, Associação Paulista do Ministério Público, Conselhos Tutelares de Sapopemba e Rio Pequeno, Cedeca Sapopemba, Serviços de Medidas Socioeducativas do Jaraguá, Santa Cecília, São Mateus e Pinheiros, Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal, Ação Comunitária Santo Cristo, Unifesp, CJ São Francisco, CEA Santa Cecília, Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, Universidade Nove de Julho, Unicsul e Universidade Metodista, Missão Vida, Universidade Anhanguera, Unicastelo, Projumi,

liderança da Igreja Cristã da Família, Associação Padre Moreira, Instituto Anchieta Grajaú, Centro Comunitário Castelinho, Instituto Social Santa Lúcia, Associação Evangélica Beneficente, CREA São Mateus, Pastoral da Juventude, Uniafro Brasil, Centro Nossa Senhora do Bom Parto, Faculdades de Direito da FMU e Fundação Getúlio Vargas, Pastoral da Juventude, Projeto Mais. (Palmas.)

Impressionante, a audiência é um sucesso. Eu diria que, em termos de representatividade, eu tenho 10 anos como vereador em São Paulo, e tenho, terminei o meu primeiro mandato aqui, renovei meu mandato aqui na Assembleia, mas, sem dúvida nenhuma, das audiências que eu participei, é a mais representativa.

A gente está vivendo aqui, sem nenhum exagero, um momento histórico com esta audiência.

E aí eu questiono, que 90% é esse que dão as tais pesquisas de opinião pública? Porque as instituições da sociedade civil organizada aqui estão se manifestando com voz, e com voz veemente, contra essa cortina de fumaça demagógica da redução da maioria penal.

Mas, então, quero passar a palavra ao Emerson Ferreira, do Afroreggae.

Por favor, me ajude. O Wellington tinha licença poética, mas peço a sua compreensão e ajuda porque o nosso tempo já praticamente se esgota.

**O SR. EMERSON FERREIRA** – Muito boa tarde a todos. Agradeço o convite e a oportunidade, a presença do Carlos Bezerra.

Quero trazer o início. Quando foi anunciado o meu nome, como representante do Afroreggae, eu fui vaiado. Fui vaiado no começo. Algumas pessoas, não generalizando, algumas pessoas vaiaram. Por quê?

Porque, entre o momento do convite até a minha pessoa e o momento deste ato, hoje, saiu nas redes sociais uma informação muito deturpada, muito manipulada, desses blogs não profissionais, através da pessoa do coordenador do Afroreggae, que é o José Júnior, e disse que ele falou situações contra a criança que morreu no Rio de Janeiro.

E pegaram essa informação e transformaram numa bomba contar ele. Ele é cheio de questões que estão entre ele, e eu falo isso porque como a mídia influencia a pessoas. Como a mídia vende uma ideia para com as pessoas. Como ela influencia de uma forma negativa.

Porque, ao meu ver, uma das grandes ferramentas que contribuiria para que essas atitudes louváveis, como esta de hoje, viessem repercutir de forma positiva na

nossa sociedade, para que essas pessoas que buscam a redução da maioria, elas tenham consciência que isso não é a melhor escolha, veementemente não é a melhor escolha, mas não, a mídia aproveita e ela faz uso da desgraça que acontece diariamente e potencializa isso dentro das casas das famílias brasileiras, fazendo com que nós venhamos a ter em mente que o mocinho é vilão e o vilão é o mocinho.

Então, nós precisamos desprender um pouco daquilo que a mídia coloca dentro dos nossos lares e ver o que temos nós de direito na Constituição Federal.

Eu faço parte, também, da São Francisco, e transmito o abraço do professor Alvino ao professor também, e de vários outros segmentos que são militantes contra a redução da maioria penal.

Para quem não sabe, grande parte das nossas ações no Rio de Janeiro são atendendo crianças e jovens da comunidade. Aqui em São Paulo o Afroreggae, isso falo porque eu que coordeno o projeto, emprega ex-detentos, e é um trabalho muito difícil. Não podemos ser hipócritas de falarmos que queremos estabelecer um vínculo, ou ajudar essas pessoas, e quando nos deparamos com uma pessoa dessas virar as costas, ou até mesmo distanciar.

Eu quero fazer uma pergunta aqui nesta tarde. Tem alguém aqui que já passou pela Fundação Casa? Tem alguém aqui que já passou pela Fundação Casa? (Pausa.)

Nove anos? Eu já fiquei quatro anos e meio dentro de um presídio. Você sabe muito bem o que você passou lá. O presídio, em si, ele não recupera a pessoa humana. Não recupera.

Então, para que vamos nós prendermos as pessoas? Para que prender? A questão não é prender, a questão é educar, a questão é dar oportunidade, a questão é nós não virarmos as costas quando soubermos que uma pessoa teve uma passagem, pode entender menos digna na vida, uma vivência, uma escolha por falta de oportunidades, porque tudo é lindo no papel, tudo muito bonito no papel, mas na vivência, estamos definhando cada dia mais. Por quê? Porque a mídia vende uma imagem deturpada de muitas das coisas.

Provavelmente, algumas das questões que foram ditas aqui nesta tarde, pode ser que venham ser distorcidas na mídia e talvez minimizadas pelo seu efeito que causou aqui hoje. Talvez, quando você chegar à sua casa e ligar a televisão, vai falar que um menor matou alguém, ou que fez qualquer outra situação, e você mesmo pode sentir um repúdio contra esse menor.

Então, nós temos de tomar muito cuidado com o que a mídia fala, porque no início, quando cheguei aqui, Dr. Carlos Bezerra, eu fui vaiado. Incrível, não é? Porque a mídia vende uma imagem irreal.

Bom é que nós vamos buscar, com as nossas atitudes e com as nossas ações, atender, diante das nossas condições, as pessoas que passaram pela Fundação Casa, oportunizar as pessoas que passaram pelas unidades prisionais.

Porque aí sim conseguiremos alcançar algum tipo de resultado positivo em nossa sociedade, quando deixarmos de ser hipócritas e entender que as pessoas são todas iguais. E, nesse sentido, eu não estendo mais as minhas palavras e agradeço muito a oportunidade. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, Emerson. Agradeço o fato de você ter aceitado o nosso convite e agradeço e reconheço como importantíssima a sua presença, representando o Afroreggae aqui na nossa audiência no dia de hoje.

Como eu disse, nós estamos em busca de convergências, em busca da construção de pontes, em busca de dinamitarmos preconceitos e estereótipos. A sua presença, nesse sentido, nos é bastante oportuna.

Eu vou, nós estamos numa audiência pública, não cabe direito de resposta, mas eu gostaria de dizer o seguinte a vocês. O nosso tempo proposto, regimental, está esgotado. Eu não tenho mais como manter o professor Dalmo aqui, porque ele já havia me avisado antecipadamente que tinha um compromisso de agenda, que seria difícil, ele está aqui, ficou até este momento, e vou fazer o seguinte.

Eu vou propor o seguinte a vocês. Nós temos 12 inscrições para falas. Sei que o professor Dalmo precisa se retirar, nós temos mais uma intervenção, que é da Rede Evangélica Nacional de Assistência Social, nós temos mais uma intervenção da Mesa, e a partir daí nós temos 12 inscrições.

Eu vou liberar aqueles nossos convidados da Mesa que se manifestaram, que, porventura, tenham outras agendas. E eu me colocarei à disposição, permanecerei na audiência, até às 17h30, ouvindo atentamente cada uma das manifestações que, porventura, venham a ser feitas.

Queria que vocês agradecessem a presença aqui conosco do professor Dalmo. (Palmas.)

Eu vou dar sequência à audiência. Vou pedir um favor. Aqueles que, porventura, tenham de se retirar, fiquem à vontade, e peço que vocês se retirem neste momento, para a gente ouvir atentamente todas as intervenções.

Eu gostaria aqui de registrar uma coisa. Todas as intervenções estão sendo gravadas e registradas pelo serviço de taquigrafia da Casa. Logo, é muito importante que, no momento em que forem feitas as intervenções, e vou chamar as pessoas aqui que estão inscritas, nós temos um limite de 12 inscrições, eu vou chamar as pessoas a que venham aqui, e que possam ocupar as cadeiras, e a partir daí nós vamos liberar o microfone, pedindo que as intervenções sejam respeitadas com relação ao tempo, assim como foram também os nossos convidados. Me reservando o direito de, no momento em que as intervenções, se as intervenções vierem a ultrapassar o tempo proposto, que é de três minutos, eu vou encaminhar um comunicado para pedir que sejam, então, concluídas.

Ainda tem outros registros. Associação Nacional dos Socioeducadores, MSE Abraçando o Mundo, MSE Bela Vista, Instituto Sou da Paz, Instituto de Psicologia da USP, Nação Hip Hop Brasil, Casa de Assistência Filadélfia, Igreja do Nazareno de Campinas.

Vamos pegar a lista das inscrições. Antes de começarmos as inscrições, eu gostaria, então, de passar a palavra ao pastor Tércio Sá Freire, que representa, neste ato, a Rede Evangélica Nacional de Assistência Social, a Renas, que representa uma centena de entidades sociais, evangélicas, de todos os matizes.

**O SR. TÉRCIO SÁ FREIRE** – Ele chamou o pastor para a gente orar e terminar, acabar o negócio.

Mas, em respeito a vocês, eu vou suprimir a minha fala aqui, mas apenas trazer aqui, que acho relevante, muito relevante, porque até agora eu não vi ninguém falar das outras cinco medidas socioeducativas que o ECA propõe. Eu não vi ninguém falar isso aqui.

E como eu estou falando por último, eu vou falar de forma apaixonada, porque acho que eu posso. Eu quero chamar a atenção de todos vocês, porque o art. 112 estabelece seis, e a gente só está falando de uma, medida de internação. E a outras?

A minha organização, Vale da Bênção, interpretou e supervisionou, em Sorocaba e em São Paulo, sabe o que aconteceu? Municipalizaram, acabou. O governo passou e cadê?

Aí a gente fica discutindo índices baixíssimos de homicídio e latrocínio, mas os outros atos infracionais nós não estamos discutindo.

Então, queria chamar a atenção, e fazer uma proposta, porque a Renas está dentro, a gente tem uma carta, que foi produzida no Rio de Janeiro, “Carta de Santa Tereza”, onde a gente se posicionou não, e nós somos evangélicos de matriz doutrinária bíblica. Jesus veio trazer vida, e pastor que é contra, ou é favorável à redução, não sei que pastor é esse. Eu não sei. (Palmas.) E aqui nós temos vários pastores que são contra, e tem muito pastor que é favorável, e quero chamar a atenção para isso. Nós somos a favor da vida, e a Renas está dentro. Tem uma carta, depois você me procura e eu te passo a carta.

E quero destacar isso, nós precisamos, e aí é uma proposta, deputado, é uma proposta da Renas, de a gente fazer uma discussão da efetivação das medidas socioeducativas. Nós temos de chamar aqui o secretário de estado Floriano Pesaro para discutir isso. Nós temos de chamar aqui os prefeitos dos municípios de São Paulo para discutir isso. Nós temos de chamar aqui os presidentes de CMDCA do estado para discutir isso, dos CTs, dos fóruns. Aí sim.

Porque sabe o que aconteceu? Eu tenho aqui, está aqui o dado do meu município. Você pergunta para o menino que furta para onde ele vai. Ele não vai. Não tem medida socioeducativa.

Quero registrar o nosso posicionamento e fazer essa proposta. Vamos discutir as outras medidas. Porque discutir o ECA e ficar criticando, acho que é muito legal, tudo bem, mas a nossa sociedade, e pena que o pessoal foi embora, pena que eles foram embora, nós temos uma sanha avassaladora de fazer leis, a gente adora fazer leis. Não cumpre nada, o Estado não cumpre. O ECA diz que o Estado tem de implementar as medidas socioeducativas, coube a ele, legal. Eu estou a fim de discutir a redução, sim, mas depois que o Estado, e o Estado somos nós, nós temos de botar na conta também a sociedade civil organizada, as igrejas.

Gente, quando o governador Mário Covas esvaziou, e eu me sinto muito à vontade porque eu era do Condeca e estava lá, fazia parte da comissão, a Imigrantes, ele nomeou o presidente Dr. Eduardo para conversar com os municípios. O cara entrava no município, o pastor estava lá, o padre estava lá, o prefeito estava lá, todo mundo mandando o cara embora. Ninguém queria unidade. Ninguém queria. Foi a maior luta.

Porque nessa hora a sociedade, entre um shopping e uma unidade, o que vocês querem? A gente tem de deixar de ser hipócrita. A gente tem de assumir. Tem de

assumir que é um equipamento necessário e útil no município, um local adequado, com dignidade, para atender o adolescente autor de ato infracional, que rouba toca-fita, toca-fita, olha só, 52 anos, os caras não roubam mais toca-fita, mas antigamente era o furto mais casual. Atender essa turma, mas com dignidade.

Hoje isso não acontece e vocês sabem muito bem disso. Portanto, chamo a atenção de vocês e proponho uma grande e ampla discussão para a que a gente possa rever a efetivação das políticas públicas, com olhar atento para as cinco, porque a medida de internação o Estado assumiu, mas as outras jogou na conta do município.

E, para terminar, os municípios estão quebrados, amigos, não têm grana. Nem dinheiro, a União e o Estado passam, para aplicação das medidas socioeducativas. O município tem de se virar sozinho. E não vira. E aí a impunidade fica aí e aí bota na conta do adolescente.

Portanto, Deus nos abençoe e se fosse para terminar, estava orando. Orem em casa, rezem em casa, porque só com a intervenção de Deus que a gente muda essa história. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Fala brilhante, oportuna.**

Eu também, assim como você, lamento profundamente que a gente não tenha a Mesa completa, mas gostaria de lembrar que tudo que está sendo falado está sendo gravado, taquigrafado, fará parte do documento, e quero me colocar aqui, de pronto, à disposição para, assim que assumir a Comissão de Direitos Humanos aqui nesta Casa, a gente fazer essa discussão da implementação das medidas socioeducativas no Estado de São Paulo. Pode contar comigo como aliado.

**O SR. TÉRCIO SÁ FREIRE – Aliás, muito bem lembrado. Está aqui, mas eu corri. Nós não podemos nos esquecer que nós temos um sistema de garantia de direitos muito bom, e temos o Sinase, que é um subsistema. A gente joga fora e fica tentando fazer lei nova.**

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Muito bom. Obrigado, pastor Tércio.**

Gostaria, então, a partir deste momento, passar a palavra aos que participam desta nossa audiência pública.

A primeira inscrita, dos 12 que temos, é a Sueli, do Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal. (Palmas.)

**A SRA. SUELI CAMARGO** – Gente, é lamentável, vou reforçar a fala do meu amigo, a Mesa ter ido embora, porque falar para nós mesmos é muito bom e gostoso, e fácil, porque está aqui quem está com o pé na lama, quem está do lado do menino e da menina.

Então, estou aqui falando enquanto Movimento Contra a Redução da Idade Penal. Eu sou Sueli Camargo, sou da Arquidiocese de São Paulo, Pastoral do Menor, também sou conselheira municipal, representante da sociedade civil.

Então, nós queremos deixar claro que o movimento é contra a redução da maioridade penal, é contra o aumento de pena, porque aquilo é pena, e pelas mesmas causas que somos contra a redução da idade penal, tão bem fundamentada aqui nesta Mesa.

Outra coisa que também gostaria de deixar forte aqui, e aí enquanto pessoa, enquanto ser humano. Eu posso falar com emoção, sim, porque o Estado talvez não, talvez tenha de ter todo esse fundamento que foi colocado aqui, mas quem participou da construção da história da defesa do direito da criança e do adolescente ver tudo que foi progredido, a construção, a conquista de um Estatuto da Criança e do Adolescente, e presenciar isso tudo ser jogado no lixo, é para falar com emoção. É para doer, não é?

Então, não só isso. O art. 227, todo esse processo no qual a sociedade civil organizada, com a participação firme de juristas que hoje fazem a história, toda essa conquista ser abandonada, e a Pastoral do Menor teve a alegria de participar da redação desse estatuto, e hoje a gente vê ser desconsiderado dessa forma.

Outra coisa que eu também gostaria de deixar forte aqui, que acho que foi falado, é que, na nossa opinião, a questão da redução da maioridade penal, o Estado passa, assina a sua incapacidade de lidar com a questão de segurança pública que nós estamos vivendo hoje. É a incapacidade do Estado caracterizada nessa proposta da PEC.

Outro ponto importante, e aí gostaria de lembrar com vocês, essa PEC é de que ano mesmo? De 1993. Em quais momentos vocês viram essa PEC vir à tona? Então, é ou não é uma questão política muito forte por detrás disso tudo?

Uma outra coisa. Fora a questão política, é a mídia, que já foi muito bem ressaltada aqui. Que pena que membros da Mesa já foram embora. Quando houve aquele crime do roubo do celular, do jovem que foi morto por outro jovem, Vitor, da

região Belém, na mesma época, no mesmo período, nós da Pastoral do Menor acompanhamos um jovem, da mesma idade daquele que foi assassinado, morto, enforcado dentro da Fundação Casa. E um outro, em seguida, que deu queda de muro, tentando fugir do paraíso.

Vocês acham que a mídia mostrou isso? Claro que não, gente. Pobre, preto e favelado, chega na mídia? Tem de morrer mesmo.

Então, é isso, é isso que está proposto para a nossa juventude, é isso que está sendo imposto de uma forma de quem não vive e não viveu. Essa sociedade que está aí propondo essa PEC está esquecendo que o nosso jovem de 16 anos vai passar por um sistema que está falido, e o pior, ele vai voltar. Essa sociedade está pronta para recebê-lo, depois de passar por um sistema carcerário? Então, pensando nisso, claro que não, claro que não está.

E, por fim, deixo claro aqui que o nosso adolescente, nosso menino e nossa menina, já estão sendo muito mais punidos e violentados, antes de cometer o ato infracional, pela carência, pela defasagem de política pública, pelo descaso da nossa lei que está aí, que ninguém respeita, antes de cometer o ato infracional, durante, porque não estão sendo legalmente acompanhados, devidamente aplicada a medida socioeducativa, e depois, porque ninguém se preocupa em reinseri-lo na sociedade. E aí vêm com uma PEC, nos enfiando goela abaixo.

Então, o Movimento Contra a Redução da Idade Penal tem reunido entidades, pastorais, movimento, numa denúncia contra o que está sendo proposto aqui hoje. Só isso. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, Sueli. Registrada sua contribuição.

Chamo, então, Maria Helena Machado, do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

**A SRA. MARIA HELENA MACHADO** – Boa tarde deputado, boa tarde a todos e todas. Sou psicóloga na Fundação Casa, sou dirigente sindical do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, sou dirigente sindical do Sitraemfa, o sindicato que representa os trabalhadores e as trabalhadoras da Fundação Casa.

Quero colocar que o SinPsi é contra a redução da maioria penal, e temos uma preocupação muito séria, deputado Carlos Bezerra, um deputado que a gente considera

muito compromissado aqui nesta Casa, temos discutido a questão do que está sendo falado nesta Casa, que é a questão de aumentar o tempo de internação nos centros de ressocialização da Fundação Casa.

Isso nos preocupa muito, porque sabemos que o sistema socioeducativo já se encontra, o sistema socioeducativo de semiliberdade e interação, já se encontra em colapso, e ficamos pensando se aumentar o tempo de internação para oito anos, ou para mais tempo, o que vai acontecer dentro da Fundação Casa.

Muito nos preocupa o que existe por trás disso. Concordo com a companheira da redução, da frente de redução, quando ela diz que tem algo de político por trás disso.

Ontem, a população brasileira saiu às ruas contra o PL nº 4330, da privatização, e não é novidade que o Estado de São Paulo tenta privatizar os centros de ressocialização da Fundação Casa, e me preocupa muito esse pedido de aumento da internação, visto a possibilidade de privatização dos adolescentes que são autores de crimes graves, em minicadeiões privatizados, construídos pela iniciativa privada, os famosos centros compartilhados, no qual o sindicato se coloca totalmente contra.

Na minha experiência, há 15 anos dentro da internação da Fundação Casa, aprendi muito com os garotos que lá recepcionei, que lá fiz atendimento psicológico, e não aceito que os nossos adolescentes sejam considerados objetos, e muito menos mercadoria.

Na verdade, aqui no Estado de São Paulo a posição do sindicato percebe que querem fazer dos nossos adolescentes em conflito com a lei mercadoria, porque dá lucro, infelizmente.

Então, peço ao senhor deputado que faça com muita cautela esse debate, para que todos possam saber a posição do sindicato com relação às privatizações e o que está por trás desse pedido de aumento da internação. São as privatizações dos centros de ressocialização.

A Fundação Casa, em 2014, teve uma verba de R\$1,280 milhão, isso dá quase R\$10 mil, quase, acho que R\$9 mil por adolescente, então a gente precisa questionar o que é a medida de semiliberdade e internação.

A gente precisa também questionar essa questão mercadológica, o que estão fazendo com os nossos adolescentes, o que está sendo feito com a nossa juventude. E isso me preocupa muito, o nosso adolescente, o nosso jovem, virar uma mercadoria de troca.

Essa é a posição do sindicato, essa é a posição dos trabalhadores da Fundação Casa e das trabalhadoras da Fundação Casa.

Também gostaria de dizer que o Dr. Tiago esteve aqui com a gente, lamento muito também o povo ter ido embora, nós falando para nós. Sei que o senhor é corajoso de ter ficado aqui com a gente. Mas a gente lamenta muito a saída das pessoas. O MP já se pronunciou sobre a medida de internação, a gente tem um contingente de superlotação muito grande, que merecia até a visita dos senhores deputados no nosso centro de ressocialização, de internação. É impossível aplicar a medida num centro superlotado. Sabemos que é impossível aplicar qualquer tipo de educação em escola superlotada, quanto mais num centro de internação, onde o adolescente está privado do ir e vir.

Então, essa é a minha contribuição, e espero que seja olhada com carinho por esta Casa, e com muita seriedade. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, Maria Helena.

Feito o registro, eu passo a palavra à Ângela Aparecida dos Santos, também do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

**A SRA. ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS** – Boa tarde. Eu venho aqui explicar que a Helena ia falar sobre o Sitraemfa e eu ia falar sobre o SinPsi. E o SinPsi é o Sindicato dos Psicólogos. Então, eu falo sobre a ótica da psicologia.

A ótica da psicologia é ver o indivíduo. A gente viu muitos dados e a gente poderia até se embasar nesses dados, mas eu fico aqui preocupada com o sujeito, aquele sujeito que eu atendo, que é sujeito de direito, e como foi bem lembrado aqui, ele está em desenvolvimento. E, por causa disso, a gente deve levar em conta todas as políticas de proteção que ele merece. Então, é por isso que vejo sob essa ótica.

Mas também quero falar, assim como a Helena, que eu também sou psicóloga da Fundação Casa, e nos meus longos anos, meus 14 de escuta, que falo a difícil arte de escuta, acabo ouvindo esses jovens diariamente, e aí eu digo que eles, não só foram privados de liberdade, mas são privados de todas e qualquer políticas públicas.

Chegam para a gente muitos relatos, relatos esses permeados de violência. Muitos desses jovens já conviveram com violência, com mortes e com todo tipo de falta de políticas públicas.

E nós, funcionários, eu principalmente como psicóloga, sou afetada por isso também. Então, eu falo de um lugar onde eu escuto esses jovens.

E quando a gente fala de uma responsabilidade, eu venho perguntar se a gente deve responsabilizar quem? Eu acho que a gente tem, a gente ouviu aqui que a gente teve leis, mas não existe a implantação. Nós ficamos aqui ouvindo o ECA, agora há pouco tempo foi falado do Sinase, mas a gente não vê a implantação dessas leis.

E aí, quando a gente fala da responsabilização, eu gostaria de chamar a responsabilização de todos no sistema socioeducativo. Por quê? Porque nós ouvimos que era 93% da população que se diz a favor, preferem manter a Fundação num lugar de segregação, um lugar, um gueto. As pessoas continuam reclamando da Fundação, mas a gente, só o pastor que falou, a gente precisa discutir a socioeducação.

Porque nesses relatos eu sinto mais como um apelo à vida. Muitos desses jovens ficam na Fundação como um pedido da vida, de sobrevivência.

Então, gostaria que aqui a gente também defendesse uma frente à socioeducação, porque a gente fala muito da responsabilização do jovem, mas a gente não responsabiliza as pessoas que são do sistema socioeducativo. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, Ângela.

O quarto inscrito é o rapper Pirata, do Fórum de Hip Hop de São Paulo.

**O SR. ANDRÉ LUIZ – PIRATA** – Bezerra, primeiro acho que é um desafio seu, porque você é uma fala fora do seu partido. Não tem como discutir política. (Palmas.)

Temos uma parada que a gente tem de entender aqui, importante também, que nós estamos discutindo a redução da maioridade penal, mas comunicação visual é importante. A cadeia está presente.

E aí a gente tem de lembrar que o problema é que nós fazemos uma política americana no Brasil, para fazer justamente a privatização das cadeias, que são a grande fortuna lá de fora. A política pública de segurança pública do Estado de São Paulo, onde o Capez canta o Hino Nacional todo dia, a gente falar aqui é uma suavidade, porque todo dia o Capez coloca a banda da Militar para ficar falando bem da polícia. É só assistir àquela tevezinha lá. Mas é suave.

Aí, o que a gente vê aqui na questão da redução? A gente não vê a implantação das leis. E aí você fala que agora você está assumindo a Direitos Humanos, é um

desafio. E aí a gente pode avançar. O Congresso lá, com todos os problemas, a bancada da bala, que saiu desta Assembleia Legislativa, que os caras foram para lá, porque não vamos esquecer, Aníbal, quando se torna senador, a primeira coisa, meu documentinho, vamos reduzir a maioria penal. Depois chega o José Serra, vai ter não sei o que lá.

São essas figuras, o cara vai fardado, o cara de São Paulo, político, vai fardado no Congresso Nacional. Nós temos problemas sérios, que é a despolitização do país.

O que queria propor? Para ter avanços, lá em cima os caras tiveram o avanço, propuseram a CPI referente ao extermínio. Eu convido, a aí vou trocar ideia na suavidade, a gente puxar aqui uma CPI referente aos esquadrões da morte na periferia. (Palmas.)

Porque toda essa criminalização que nós estamos falando, o problema, a justificativa de toda essa, do celular, que o jovem, que vai reduzir, justifica o policial matar o adolescente.

Hoje é crime, a gente sabe o que é crime forjado, porque fala de estatística, mas não falaram de crimes forjados. O moleque não cometeu crime algum e está naquela maldita Fundação Casa.

E aí, falam muito, acho da hora os discursos, mas a gente tem de entender, no Brasil adolescência são seis anos de vida, o ECA protege até os 21. Nós sabemos que os juízes, as pessoas que estão no Judiciário, pegam o adolescente, colocam três anos na Fundação e depois colocam não sei quantos anos em medida socioeducativa.

Então, a pessoa fica nove anos institucionalizado, na adolescência. Ele já passou da adolescência. O pai, é da hora, entendo as emoções, da hora o cara, mas tem uma pergunta. Não temos perpétua, mas por que o Champinha está em cana? Está suave.

Quantos? Dez anos, doze. E nós perdemos essa humanidade, porque isso gera uma coisa que é pior, nós geramos a miséria. Porque quando um adolescente vai lá, conta seus problemas, que a mãe perdeu, esse adolescente tem uma rede na comunidade dele.

A periferia de São Paulo, principalmente nas favelas, a maioria dos adolescentes estão na Fundação Casa, passaram por lá. Isso se tornou comum. E aí nós não temos apuração de crimes forjados na cidade de São Paulo, no estado também. Não temos apuração dos esquadrões da morte, porque de 2006 para cá nós temos, e aí a gente não vai viajar, porque falam que a gente não fala de números, e quando a gente fala a real, esses são os números dados, mas a CPI foi lá e falou: São 150 mortes diárias no Brasil.

Aí tem um dado do “Estadão”, que falou que pelo menos três pessoas são mortas pela Polícia Militar.

Aí falei, deixa eu fazer uns cálculos aqui, irmão. Eu tenho 27 estados, vezes três, dá 83 mortes, e aí eu vou ficar contando morte. Eu não quero contar morte de ninguém, porque quando morre uma pessoa, você desestrutura uma família e uma comunidade.

Uma pessoa da classe média já sente, imagina quem não tem estrutura do Estado, e aí, qual a responsabilidade dos políticos? Porque nós estamos esquecendo de responsabilizar os políticos. São eleitos para falar com a sociedade civil, representar os direitos da sociedade civil. Mas, os políticos não estão exercendo isso. Está muito cômodo, está muito fácil.

E nós, como sociedade civil, temos de começar a cobrar isso. Sei que tem as ONGs que ganham um dinheirinho. Normal, faz parte do negócio, irmão. Mas, precisamos fazer essas discussões sérias. Nós precisamos pedir agora, a todo mundo aqui, é sério, a gente fala muito da paixão, que o amor, a igreja é da hora, o amor é importante, o que eu mais gosto é do amor, mas temos de cobrar o Sinase, temos de cobrar o ECA, porque se a gente não tiver essas bases, não dá para cobrar os políticos, não dá para cobrar as responsabilidades do Estado.

Se a gente ficar muito no amor, falta educação. Falta educação? Eu sou mal educado. O estado que me educou, 20 anos de PSDB. Eu sou mal educado do começo ao fim, irmão. (Palmas.)

Agora, a gente tem de entender, isso não é para você, porque outra coisa, a dificuldade da despolitização hoje, é que a gente discute política e a gente pega o pessoal, e aí não é pessoal. Eu acho que é um avanço. É sério, não sei, se você continuar no PSDB, se você vai sair dele, porque quem banca a bala, todas as falas que você fez aqui, e as falas de um monte, a sua fala é suave, só quero ver os pastores que estão aqui, e vou aproveitar o momento, falem do genocídio.

Porque quando uma mãe perde um filho, ela vai lá naquela bendita igreja ajoelhar e pedir, e às vezes tem pastor que fala que o filho está no crime etc. Falem do genocídio. Vamos contra toda essa barbárie. Porque esse genocídio vai atingir o filho dele, que é preto, irmão. Vai atingir nós. A gente tem de saber que essa merda vai chegar a nós.

Pega qualquer documentário, vou dar uma dica, para ver o que estou querendo dizer, para não falar que é viagem. Tem um documentário “Guerra às Drogas”, que fala da sociedade americana. Assiste a isso e analise a política de São Paulo.

E aí, na suavidade, dos direitos humanos, se você convidar a gente para dialogar, Bezerra, se você resolver fazer uma coordenação de direitos humanos séria, porque o problema é que as instituições também recebem dinheiro etc., e não fazem nada. Porque eu queria ganhar um dinheirinho e ficar aqui sentado e falar: Aí, pessoal, está tudo suave.

Só que se for séria essa presidência que você está pegando, nós, como sociedade civil, chegamos e trocamos ideia. Porque não dá para discutir só redução da maioria penal, temos de discutir o genocídio. É uma política maior. Isso é só uma esfera da política, porque querem a gente na cadeia, para vender os nossos corpos. Suave. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Democraticamente, registrada a sua fala, Pirata. Podia finalizar, depois, com um rap para nós. Seria bacana.

Adriano Neiva, da Associação Nacional dos Socioeducadores.

**O SR. ADRIANO NEIVA** – Boa tarde. Eu queria, primeiramente, louvar e agradecer ao meu Deus, o senhor Jesus Cristo, o Deus verdadeiro, por oportunizar esta chance de promover sua justiça e equidade.

Já que todos politizaram e teologizaram o debate, eu, constitucionalmente, me reservo o mesmo direito.

Queria saudar o nobre senador Aécio Neves, pela promessa populista e midiática, *sic*, de redução da maioria penal durante a campanha eleitoral, membro do PSDB. Eu gostaria de saudar o governador Geraldo Alckmin, por investir R\$9 mil, per capita, mensais, no adolescente infrator, e R\$2 mil por aluno de escola pública. Isso, arredondando para cima.

Aí vem algum burguês aqui falar que se precisa investir em educação, e faz um discurso tucano e antiesquerda.

Eu também gostaria de saudar a todos os comunistas e socialistas aqui presentes, que vieram a esta audiência aplaudir discursos tucanos.

Eu gostaria de parabenizar quem ficou presente, porque quem foi embora é a massa de manobra alienada que se baseia com parâmetros com discursos de autoridades, construídos por assessores, e depois vão embora felizes e saltitantes.

Agora, vamos ao tema. Meu discurso tem nove minutos, estava no notebook, então, infelizmente, não vou poder lê-lo, mas ele abarca todas as questões elencadas

aqui. Eu também sou contra a redução da maioria penal, para lamentação de alguns, que esperavam que eu fosse favorável aqui, mas por motivos totalmente diferentes dos que foram apresentados aqui.

Eu gostaria de deixar claro que sou representado também pelo Sitraemfa, sou ex-funcionário da Fundação, nove anos na Fundação, e trago aqui um parecer da maioria da categoria, que é favorável à redução, e eles têm razões totalmente fundamentadas para serem favoráveis à redução, mas como nós não temos tempo, espaço democrático para debater essas questões, não vamos falar deles que estão ausentes.

Vamos começar pelo ECA. Concordo, tem de cumprir o ECA. Então, eu não sou doutor em lei, em direito, em nada, mas eu sou especialista em segurança, e isso eu falo com propriedade. Então, vamos pegar um artigo do ECA, vamos cumprir o ECA, começa por um artigo, o art. 125 do ECA, é dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos adolescentes utilizando para isso os meios necessários de contenção e segurança. Vamos começar por aí, governador?

Sinase. Beleza, vamos cumprir o Sinase, Dra. Berenice? Que foi embora e fugiu do debate porque sabia que eu estaria aqui para refutá-la. O Sinase fala: A disciplina é instrumento e condição de viabilização da medida socioeducativa. É instrumento norteador do sucesso pedagógico. O que nós não vemos na Fundação Casa, nova Febem é segurança e disciplina. Por isso que está essa zona e por isso que o adolescente se torna reincidente e alicia outros adolescentes nas ruas a se tornarem primários.

Total contradição a favor da ampliação do tempo dos crimes hediondos. Não tem lógica você defender, você ser contra a redução da maioria penal e defender a ampliação do tempo de internação. Mas, beleza, vamos considerar isso. Atualmente, o ECA fala em três anos, a presidente mesmo endossou aqui que a média de internação são 10 meses.

Então, governador e presidente, vamos começar deixando os jovens que cometem crimes hediondos internados três anos, já que vocês estão pregando essa visão aqui.

E outra coisa, isso não é possível. O Dr. Ariel pode ficar a meu favor nesse momento, porque nós temos um princípio no Sinase chamado brevidade. Então, a medida socioeducativa deve ser breve, no menor tempo possível. Não tem como ampliar o tempo de medida.

A gente fala aqui adolescente como se fosse criança. Por que não adianta nada reduzir a maioria penal? Porque tem adolescente com 12 anos latrocida, sangue nos

olhos, muito pior do que adolescente com 18, 19 e 20. Eu, como funcionário, já vi vários, já fiquei com naifa no pescoço por um pedrinha, que a gente chama lá.

Então, reduzir não adianta nada. O problema não está na lei, o problema está na ausência de política pública.

Mas, é ruim ficar resumindo assunto aqui. Eu gostaria de falar prolongadamente, como as autoridades, à altura, modéstia à parte.

Os dados de criminalidade que foram apresentados aqui são superficiais, subjetivos, e por isso eu os classifico como falaciosos.

Por exemplo, quando se fala de 3% de adolescentes que cometem crime, blabláblá, só se consideram as apreensões. Aí é fácil. Conta o dado aquele que a polícia pegou. E aquele moleque que passa dos 12 aos 18 sem ser pego pela polícia, já matou um monte de gente, roubou um monte de gente e traficou pra caramba? Esse não entra na estatística.

Outra coisa. A Fundação Casa assume uma política agora, para redução de estatística, uma estratégia. Ela deixa o adolescente internado até os 18 anos, aí manda embora. Ele sai da estatística da Fundação. Por isso que diminui essa estatística. É mentira Tucana. Aí ele entra na estatística de inclusão da SAP. Só que isso não é contabilizado no mesmo dado.

O que é necessário fazer para evitar a inclusão e a inserção do adolescente e da criança no crime organizado? Quem alicia, como foi falado aqui por autoridade, que sabe mais que eu? Quem alicia a criança e adolescente? É o pilantra e o patife do PCC, crime organizado. Alguém falou palavrão e eu me arvorei a falar também, é o pau no cu do PCC, que alicia criança e adolescente.

Então, tem de dar poder para a polícia combater o bandido adulto, que é sem futuro, porque aí você previne a criança e o adolescente entrar no crime.

(Manifestação fora do microfone.)

**O SR. ADRIANO NEIVA** – É combater o crime. Você pôs palavras na minha boca. Eu não falei nada disso, registrado pelo cara que faz taquigrafia.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Queria registrar que de todos os que falaram, todos que falaram até o presente momento, todos se ativeram aos cinco minutos e nós já temos sete minutos e meio.

**O SR. ADRIANO NEIVA** – Depois a gente confirma no vídeo, mas acho que não.

Tem mais duas coisas, só, deputado. Vou finalizar já.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Eu prezo pela democracia, assim como você, pelo que percebo.

**O SR. ADRIANO NEIVA** – Então, a minha opinião pessoal é a favor da extinção da maioria penal, não da redução e nem da manutenção do quadro atual.

Porque a extinção, por incrível que pareça, eu posso provar fundamentando aqui, mas não temos esse tempo, então não interpretem mal, a extinção é a única medida que individualiza a conduta de fato, por exemplo, nos moldes da Inglaterra. Muito obrigado.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Eu gostaria, então, de chamar neste momento, neste espaço democrático e diversificado, respeitados os tempos democráticos e igualitários, eu gostaria de chamar o Rodrigo Melo, que é técnico socioeducativo, que está inscrito.

**O SR. RODRIGO MELO** – Boa noite a todos que ficaram aqui até esta hora, democraticamente, já passou, mas legal ter todo mundo a oportunidade de expressar aqui a opinião, e parabeno o deputado Carlos Bezerra Jr.

Queria saber, dentro do seu partido, se está havendo essa discussão, porque aqui a gente está falando, a gente não precisa convencer mais ninguém, porque aqui todo mundo é contra a redução da maioria.

(Manifestação fora do microfone.)

**O SR. RODRIGO MELO** – Ou não é?

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Eu não anteciparia posições, porque nós temos, por exemplo, inscritos, entre os que eu vi aqui, nós temos inscritos, por exemplo, o responsável pelo Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, que está presente e está inscrito para falar.

Então, eu não me anteciparia, com posições que me parecem muito mais estereotipadas e preconceituosas, nesse sentido.

Se a gente está num espaço democrático e num ambiente democrático, quer dizer, a gente tem de dinamitar preconceitos, estabelecer o diálogo.

Eu fico pensando aqui, vocês me desculpem, eu vou falar com vocês aqui, vocês precisam ouvir um pouco alguma coisa, por 30 segundos.

Gente, nós estamos buscando convergências. As pessoas acham que me agridem, ou me atacam, atacando o meu partido ou coisa parecida.

**O SR. RODRIGO MELO** – Essa não foi a minha intenção.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Eu sei. Mas vai se estabelecendo uma dinâmica de: Olha, vamos olhar o partido e ver no que a gente diverge.

E se meu partido tem posições diferentes da minha? E?

O fato é, eu estou provocando esta discussão aqui, e vou dizer, não sou voz isolada no meu partido. O fato de provocar esta discussão é óbvio que tem um impacto imenso para dentro do meu partido. Eu fui líder desse partido aqui na Assembleia nos últimos dois anos.

Vamos desarmar espíritos, vamos trabalhar no sentido do avanço. E essa discussão partidária, se é PT, se é PSDB, se é PSOL, se é PMDB, gente, é essa discussão que está levando o nosso país ao que nós estamos vendo aí. (Palmas.) É essa discussão que está fazendo com que gente como o Sr. Eduardo Cunha ganhe espaço no cenário nacional com esse tipo de proposta. Nós estamos aqui numa sexta-feira, véspera de feriado, às 17h45, fazendo esse debate porque esse tipo de Fla-Flu partidário, pseudoideológico, está fazendo com que ganhe esse espaço o oportunismo político mais rasteiro. Nós não podemos cair nessa armadilha. Nós estamos todos aqui do mesmo lado.

Então, me perdoe o desabafo, nem é para você, na verdade, mas é preciso colocar. Nós já estamos antecipando posições do partido, do debate. Não é essa a proposta. Nós estamos querendo construir propostas para o enfrentamento de um negócio gravíssimo que os caras estão propondo lá, chamando a atenção dos caras.

Agora, a discussão partidária, eu faço para dentro do meu partido, cada um faz para dentro do seu partido. E a crítica, mais do que isso, façam as críticas que vocês quiserem. Este é um espaço para isso. Nós estamos aqui para isso.

Agora, não vamos nos perder nessa discussão, que para mim parece infrutífera.

**O SR. RODRIGO MELO** – Vou dar continuidade. Em momento algum eu quis afetar o partido, mas a questão...

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Nem é para você, mas estão falando do PSDB como se eu tivesse, sabe...

**O SR. RODRIGO MELO** – A minha posição é porque foi proposta de campanha do presidenciável do PSDB a redução da maioria, e quando eu pontuei isso, é porque é no Congresso que vai determinar se vai ser aprovada ou não essa PEC.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Por isso a gente está aqui, para mandar um documento para eles, lá.

**O SR. RODRIGO MELO** – E minha pergunta, sei que esse documento influencia, e queria saber se dentro do seu partido também está sendo discutido, porque é o voto deles também que vai influenciar, não só deles, assim como outros partidos, que inclusive orientam a sua bancada a votar a favor ou contra.

Queria saber se, dentro do seu partido, ele dá essa liberdade para os congressistas votarem livremente em quem quiser. E se essa discussão, porque percebo aqui que temos argumentos de sobra para ir contra essa PEC, e por isso acho importante, dentro do seu partido, porque a gente sabe, é sabido de todos que teve, era proposta do presidenciável a redução dessa maioria. Por isso perguntei se isso está sendo discutido lá dentro também. É isso. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, Rodrigo.

Acho que quem pode responder bem isso é o próximo inscrito, coincidentemente, que é o Fernando Guimarães, que representa aqui o Instituto Teotônio Vilela, que é um instituto de formação política do PSDB aqui em São Paulo.

**O SR. FERNANDO GUIMARÃES** – Boa tarde, parabéns deputado Carlos Bezerra pela iniciativa.

Eu sou presidente municipal do Instituto Teotônio Vilela, que é o órgão de formação política do PSDB, e eu quero dizer que, deputado, você não está sozinho. O PSDB tem posições, como foram externadas aqui pelo Aécio Neves, por exemplo, que é uma posição pessoal, claro que num processo de uma campanha, quantos partidos coligados, aquilo entrou como uma proposta de campanha sem nenhuma consulta partidária.

Eu trago a questão na doutrina tucana. Esse é o meu papel como presidente do instituto. Doutrina é o conjunto da ideologia, dos documentos e dos pensadores fundadores do partido.

Franco Montoro, de quem eu fui assessor, grande humanista, sempre se expressou, em todos os debates, radicalmente contra a redução da maioria.

Mário Covas, quando foi governador, diversas vezes repetiu que quando um menor cometia um crime o responsável não era o menor, e sim a sociedade, principalmente ele como governador. Ele chamava a responsabilidade, como governador, por qualquer crime de menor, porque ele se sentia na responsabilidade de oferecer as políticas públicas necessárias para que aquilo não acontecesse.

Fernando Henrique Cardoso, quando foi presidente, jamais deixou que esse tema entrasse na pauta. Ele segurou esse tema o tempo todo.

Na nossa bancada, e nós estamos visitando diversos deputados, a gente já tem uma boa relação de deputados que estão contra o tema. Na verdade, para fazer um esclarecimento, até o deputado Bruno Covas, que votou na comissão, ele votou por uma decisão do partido, que eu considero equivocada, da bancada, perdão, de entender pela constitucionalidade.

Eu não concordo, mas ele deixou claro que a posição da bancada não era na discussão do mérito. E a bancada de deputados federais do PSDB se comprometeu a fazer essa discussão dentro do partido e a posição da bancada hoje não está definida.

Então, este ato aqui hoje vai chegar para a bancada. A bancada convocou também aqui uma audiência pública, com os deputados federais do PSDB aqui na Assembleia, será aberta a todos que queiram participar, para ter esse debate. O partido também convocou uma audiência pública com a bancada federal do PSDB para realizar esse debate também. Então, os caminhos estão abertos.

Eu quero dar um testemunho aqui, eu não vou ficar entrando na defesa do tema, porque eu assino embaixo de tudo que foi dito aqui, acho que este horário não é para reduzir, mas eu quero só dizer que eu fui conselheiro do Mário Covas para a política

pública de juventude, e como parte do meu trabalho, que era um trabalho não remunerado, mas um trabalho que eu fazia com muito gosto, era visitar constantemente a Febem.

Eu trago no peito um momento que eu fui visitar um curso, e eu perguntei para um jovem e falei: Este curso não era tão bacana como estão mostrando, só porque eu estou em nome do governador, mostram tudo funcionando direitinho, mas na prática não é assim. Ele falou: Senhor, o curso é bom, só não explicaram para nós porque eu precisei cometer um erro lá fora para ter a oportunidade de ter um curso desses aqui.

Então, socialdemocracia, na origem, na essência, é isso, que quem quer ser tucano tem de assimilar, porque se não entender isso está no partido errado, é que a transformação tem de ocorrer na sociedade. Nós não vamos jogar para debaixo do tapete o problema. Nós vamos ter resolver, nós temos de ir lá na fonte, onde está surgindo o problema. É lá que nós vamos resolver.

Isso é com melhor educação, melhor cultura, e esse é um problema que é um problema de todos os níveis. Depende da Prefeitura, depende do Estado, depende do Governo Federal.

Portanto, o político não pode ser populista, e essa é a discussão, de achar que se faz política baseado no instituto de pesquisa. Não é isso. Hoje tem uma sociedade organizada, que está representando valores que são da sociedade. Nós não acreditamos aqui que nós vamos, por exemplo, permitir que menor de 18 anos possa comprar bebida alcoólica, comprar cigarro, frequentar motel etc., porque a sociedade brasileira entende que o jovem com 18 anos ainda não está preparado para tomar essas decisões. Então, nós não podemos ser incoerentes.

E quero dizer para vocês, reforçando a sua fala, vamos dar um tempo nesse processo. A sociedade tem de pressionar os partidos. Mas vamos dar um tempo antes de julgar, porque nós estamos nesse processo interno também de pressão.

Eu estive na semana passada numa reunião do PSDB, que não era para discutir esse tema, e virou esse tema. De 150 pessoas presentes, acho que 30 intervenções, todas favoráveis. A Juventude do PSDB está se mobilizando pela não redução, o Tucanafro está muito forte na questão da não redução, a Diversidade Tucana está muito forte. Ou seja, a militância está pressionando os seus parlamentares a serem verdadeiramente tucanos, e acredito que é isso que eles vão demonstrar. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Obrigado, Fernando.**

José Augusto, da Pastoral da Juventude.

Nós temos mais quatro. Três, uma pessoa desistiu.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO** – Boa tarde. Eu sou natural do interior de São Paulo, vim para São Paulo por conta da faculdade e aqui eu sou militante da Pastoral da Juventude. Junto com a Sueli, nós somos das pastorais sociais da Arquidiocese de São Paulo.

E a Pastoral da Juventude, desde 2009, ela tem levantado, tem elegido como uma das suas principais bandeiras, a questão do extermínio, da violência e do extermínio da juventude.

Nós perdemos um assessor nosso, no ano de 2009, chamado padre Gisley, de Brasília, que foi assassinado voltando para Brasília, exatamente porque a todo momento ele denunciava que o que faz a juventude ser violentada, o que faz a juventude cometer os seus crimes, que, sim, acontecem, na verdade é um sistema construído e que violenta a sua dignidade enquanto pessoa.

A Pastoral da Juventude Nacional soltou uma nota em relação à redução da maioria penal. Só vou ler um pedacinho inicial. A Pastoral da Juventude, organização da Igreja Católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, possui mais de 40 anos de história e tem articulação nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, com mais de 10 mil grupos de jovens, coordenações locais, estaduais e nacional. Diante desse acúmulo histórico de inserção, defesa e promoção da vida da juventude, a PJ vem, por meio desta nota, manifestar o seu repúdio a todas as tentativas de redução da maioria penal.

Segue a carta e assina Aline Ogliari, secretária nacional da Pastoral da Juventude.

Então, nós queremos levantar também essa bandeira, que não é necessário só discutir, é muito necessário, claro, mas não é só isso que basta, discutir a não redução da maioria penal. É necessário discutir a criação de políticas públicas para aquela molecada que está lá na quebrada do lado da minha casa, porque eu não moro na quebrada, mas eu conheço e convivo com eles sempre que possível.

É preciso estar lá junto, entender que aquela molecada é a mesma moçada que vai procurar emprego e não acha. Eu já ouvi de moleque lá dentro: Guto, eu entrei no mundo do crime porque preto e pobre, você sabe... E aí terminou a nossa conversa.

Então, não adianta simplesmente discutir a não redução da maioridade penal, é preciso discutir a criação de políticas públicas para que a juventude tenha vida e vida em abundância. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Obrigado, Guto. Registrada a participação da Pastoral da Juventude.

Sílvio dos Santos, conselheiro tutelar de Rio Pequeno.

**O SR. SÍLVIO DOS SANTOS** – Quero agradecer ao nobre deputado a oportunidade de ter a palavra.

Sou lá do Conselho Tutelar do Rio Pequeno, e enquanto conselheiro, deve ter mais conselheiros aqui, mas falo também pelos conselhos.

O que a gente quer colocar é que tanto o Conselho Tutelar do Rio Pequeno, como todo o grupo de conselheiros tutelares de São Paulo são contra essa redução da idade penal.

E por quê? A gente é uma função que tem de defender o estatuto. O estatuto foi criado, e lá está escrito, no seu artigo, a inimputabilidade, a idade penal.

Então, é isso que o conselheiro tutelar tem de defender, e como conselheiro tutelar eu estou aqui nesta audiência, ouvindo as diversas opiniões, mas para reafirmar isso.

Existem umas coisas que são tristes. Lá, o meu distrito, que a gente faz divisa com os municípios de Osasco, Taboão, Cotia, lá tem uma grande incidência, por causa do distanciamento, que os jovens estão tombando por lá. Muitos são adolescentes. O batalhão lá, da nossa região, ganhou a triste, se tornou o que mais tem tombado jovens aqui na cidade de São Paulo. Isso, para nós, é triste, e a gente convive com essa realidade de que o direito da idade penal não está sendo respeitado.

Temos lá cinco unidades da Fundação Casa, e a gente conhece, de notícias, de que os jovens lá estão sofrendo.

Então, o Conselho Tutelar, a gente tem de fazer essa defesa, e agradeço, estive em Brasília, pena que também os outros oradores saíram, o Dr. Dalmo Dallari brilhantemente defendeu a questão da inconstitucionalidade da admissibilidade da PEC nº 171, de triste nome e memória.

Lá teve dois brilhantes oradores, teve o primeiro e o segundo oradores que eram constitucionalistas. O primeiro falou muito bem, provou por A mais B, por artigos da

lei, interpretação, o outro falou assim: É, mas tem opiniões de certos ministros do Supremo Tribunal Federal que, por outras causas, eles tiraram garantias individuais. E por, isso, então, é admissível tratar do tema.

Ora, por causa de que não são garantias, mas diz o estatuto, o ECA, o direito à vida, e por isso eu parabeno todos aqueles oradores que estiveram aqui na Mesa dizendo da vida, do direito à vida, que é o primeiro do art. 4º, que é o primeiro direito que a gente tem, que a gente tem de defender essa vida. E reduzir a idade penal não vai contribuir nada em melhorar a vida das pessoas. Por isso que a gente interpreta que não adianta e somos contra. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Feito o registro, também, do posicionamento do Sílvio, eu chamo o penúltimo inscrito, que é o Elgídio, do Fórum DCA São Mateus. Elgídio, só para a questão da formalização da gravação, que você dissesse seu nome completo e a entidade que representa.

**O SR. ELGÍDIO ALVES CARVALHO** – Obrigado, deputado. Boa noite a todos, já é boa noite, estamos aqui desde a manhã, da tarde, melhor dizendo.

Meu nome é Elgídio Alves Carvalho, do movimento de infância de São Mateus, Fórum dos Direitos da Infância e Juventude de São Mateus, da criança e do adolescente, do Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal.

Na verdade, eu não vou aqui discorrer e nem falar muitas coisas que já foram ditas, até pelo avançado do tempo. Eu, na verdade, estou contemplado aqui em muitas falas, e queria fazer, primeiramente, desculpa, até cumprimentar o nobre deputado pela iniciativa, dizer que uma sociedade igualitária e solidária se faz com homens e mulheres de boa vontade, que têm compromisso. Queria deixar isso muito claro.

A outra coisa é a seguinte. Assim como o Sílvio falou do Conselho Tutelar, eu também sou ex-conselheiro tutelar de São Mateus, por dois mandatos, 2005 e 2011, e lá no fundão nosso da zona leste, São Mateus, onde o vento sopra bem forte, perto do Morro do Cruzeiro, perto do Jardim Colonial, Vila Flávia, Sapopemba, São Mateus, Colonial, Dois de Maio, Cinco de Julho, Cidade Tiradentes, um pouquinho mais de São Mateus, nós já temos uma posição, somos contrários.

Só que aí eu venho falar, agora, de proposituras. Eu acho que nós estamos perdendo o debate para a mídia. Esta audiência aqui é importantíssima, importantíssima,

mas eu acho que nós não estamos precisando que essas falas aqui, que saíram da Mesa, ecoem nas mídias, seja internet, televisiva, rádio etc.

Por que isso? Nós estamos perdendo o debate porque estamos ouvindo só um lado da moeda e a mídia tem um poder enorme, inclusive de decidir campeonatos mundiais e até campeonatos municipais.

Então, gente, ou a gente sai da casinha, toma as ruas, porque São Mateus, deputado, vai para as ruas, assim como Sapopemba, nós estamos já conversando na região, nós vamos parar São Mateus. Por que vamos parar? Nós queremos ser vistos. Não é só uma voz, que é a da redução, porque, desculpa, eu não sou advogado, do direito, mas foi dito aqui que é inconstitucional.

Então, eu pulo essa parte e vou para outra parte, que é a prática, que é ir para a rua falar o nosso grito, falar que nós queremos política de esportes, lazer, cultura e entretenimento. Pedir para as prefeituras e para o estado investir maciçamente na periferia, na construção de ginásios poliesportivos, centros culturais.

Isso que vai mudar. É isso. E aí esta Casa aqui tem um papel importante, que é a maior Assembleia da América Latina, uma das maiores do mundo, que é a Assembleia de São Paulo.

Agora, nós, nesta noite de sexta-feira, véspera de feriado prolongado, estamos aqui firmes e fortes, graças a Deus, o Pirata já deixou o recado dele, e eu faço a voz dele. Ou a gente sai da casinha e vai para as ruas, e de fato tem coragem de falar como é o babado, ou nós vamos ficar repetindo e repetindo, porque já faz 22 anos. O estatuto é de 1990, depois de três anos já começou essa papagaiada, com essa PEC nº 171, e estamos até hoje e ainda não superamos isso.

Então, para concluir, finalizando a minha fala, de fato um encaminhamento aqui que acho que é prático, no meu ponto de vista, que o nobre deputado possa levar isso, de alguma forma, para a mídia, inclusive se expor mesmo. Porque, assim, aqui nós estamos internos, mas a fala do senhor, e de muitos que falaram aqui, como o Ariel, precisa ir para a “Rede Globo”, para a “Band”, para a “Record”, porque nós estamos precisando ir com o debate para a mídia. Essa que é a verdade.

A minha vizinha, uma pessoa simples, ela é a favor da redução. Como você disse no começo, ela nunca ouviu falar de redução, mas ela está repetindo o que estão dizendo. Aí saem as estatísticas de 90 e tal.

Então, gente, e para sair daqui com propostas, o movimento contra a redução já tem algumas agendas, e esta Casa se posicionar. Espero que o documento que saia

daqui, e não podia parar sem falar, Sueli, lembrei agora, é o seguinte, assim como disse o companheiro que falou agora, não dá, eu sei que o companheiro Ari perdeu a filha, mas não dá para ser contra a redução e a favor do aumento da internação. (Palmas.)

O movimento de infância é contra. Nós somos contra. Ou é uma coisa ou é outra. Ou você é corintiano, como eu, ou é palmeirense. Não tem meio-termo. Não tem esse negócio. Ou é ou não é, e fim de papo.

Então, a gente é contra, e vamos tomar as redes sociais, vamos tomar a rua, para mudar isso, senão gente, a pegada em Brasília está louca, infelizmente. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Registrado o posicionamento do Elgídio, e o último posicionamento da nossa audiência pública fica a cargo da Ação Comunitária Santo Cristo. (Pausa.) Foi inscrito dessa forma.

Você não quer, pirata, fechar com um rap para a gente?

**O SR. ANDRÉ LUIZ – PIRATA** – Eu vou falar para você prestar atenção, eu sou contra a redução, mas eu sou também a favor da redução do parlamento, desses caras folgados que ficam tirando, fazendo o pobre de otário. Eu não quero saber, mas tenho de dizer para você, todo dia o Telhada fica no blablá aqui, para ferrar você. Você pensa que a coisa está boa, você acha que o moleque só porque pegou um celular, você acha que ele tem de morrer, tem de ficar... Todo dia nas ruas a gente sabe o que é a periferia, lembra só, onde é ali, lembra de Parelheiros, os caras acertaram seis, você vai lá na zona sul, acerta 15 e vê, você vai no Jacanã, acerta mais cinco e pá, todo dia uma morte que não dá para constar, mas valeu, o palhaço parou de cantar. (Palmas.)

**O SR.** – Vocês veem onde mora o espaço democrático. Nós temos opiniões divergentes, o irmão faz parte do grupo de funcionários da Fundação no Facebook, da comunidade socioeducativa, nós temos irmãos com opiniões divergentes, e cantamos juntos aqui. Viva a paz.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. – PSDB** – Vou encerrar agradecendo a participação dos nossos artistas, mas encerro agradecendo a participação de cada um de vocês, elogiando uma presença ainda bastante significativa. Imagina, passou das seis horas da tarde, e queria de verdade aqui registrar o meu respeito pessoal a cada um de vocês.

E a alegria, como parlamentar, de ver a Assembleia pulsante, de ver a participação das pessoas, a qualidade dos debates, dos debatedores, a qualidade dos posicionamentos que foram aqui colocados.

Eu saio daqui, para além de parlamentar, que esse é meu trabalho, mas como cidadão, eu saio daqui hoje com a alma cheia por ver esse exercício democrático de todos nós e a lição democrática mostrada hoje por cada um de vocês aqui. Queria, de fato, agradecer mesmo. Muito obrigado.

Queria apenas, foi uma solicitação que me fizeram, para fazer um aviso, dar um anúncio a vocês, que vai ocorrer um debate público sobre a redução da maioria penal, promovido pelo Ministério Público de São Paulo, na sede do MP, na Rua Riachuelo 115, dia 28 de abril, às 9h.

Eu penso que não faltou mais nada, registrei Rodrigo Viana, do Tucanafro, que está aí, registrei todo mundo, e queria agradecer a participação de cada um de vocês, e dizer que a participação não se encerra aqui e os que quiserem encaminhar, os que quiserem fazer encaminhamentos de propostas formais, de posicionamentos formais, podem usar o e-mail do mandato, que é [deputado@carlosbezerrajr.com.br](mailto:deputado@carlosbezerrajr.com.br).

Eu só não estou usando o e-mail da comissão, porque a comissão ainda não foi instalada, mas podem usar o e-mail do mandato. A gente acolhe sugestões, solicitações e possíveis encaminhamentos a serem feitos para o documento final.

Muito obrigado e está encerrada a nossa audiência. Obrigado.

(Palmas.)

\* \* \*